



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**“PARA LEVAR UMA MARGARIDA, TINHA QUE LEVAR TODAS”
MINERAÇÃO E RESISTÊNCIAS-FEMININAS NA REGIÃO DE
CARAJÁS (PARÁ E MARANHÃO)**

FRANCISCA ÉRICA DOS SANTOS SOUZA

Foz do Iguaçu
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**“PARA LEVAR UMA MARGARIDA, TINHA QUE LEVAR TODAS”
MINERAÇÃO E RESISTÊNCIAS-FEMININAS NA REGIÃO DE
CARAJÁS (PARÁ E MARANHÃO)**

FRANCISCA ÉRICA DOS SANTOS SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gisele Ricobom.

Foz do Iguaçu
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

FRANCISCA ÉRICA DOS SANTOS SOUZA

**“PARA LEVAR UMA MARGARIDA, TINHA QUE LEVAR TODAS”
MINERAÇÃO E RESISTÊNCIAS-FEMININAS NA REGIÃO DE
CARAJÁS (PARÁ E MARANHÃO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gisele Ricobom
UNILA

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Vanda Maria Leite Pantoja
UFMA

Prof.^a Dr.^a Rejane Cleide Medeiros de Almeida (Externa)
UFT

Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri
UNILA

Prof.^a Dr.^a Senilde Alcântara Guanaes
UNILA

Foz do Iguaçu, 09 de Junho de 2020.

AGRADECIMENTOS

No caminho de construção desta dissertação, foram muitas as contribuições que me deram orientações e inspiração. Agradeço minha família, que me acompanhou e foi, sem dúvidas, quem me instigou a iniciar e finalizar esta pesquisa.

A pesquisa foi orientada pela Prof.^a Dr.^a Gisele Ricobom e pela Prof.^a Dr.^a Vanda Pantoja. A elas agradeço, além do aprendizado, o apoio constante e a exemplar generosidade intelectual.

Mas foram inúmeras as ajudas necessárias. Para isso, envolveram-se muitas pessoas queridas, companheiras e companheiros da vida. Agradeço ao Domingos pelo apoio, principalmente no início, ainda no processo seletivo. Às queridas Mariana, Aianny, Daniela, Aline, Larissa Santos e Luciana, que foram fundamentais e não me deixaram desistir deste projeto antes mesmo que ele germinasse.

E as outras pessoas amadas e queridas que nesse período coloriram a vida, leram, comentaram, ajudaram no trabalho e que foram, também, ombro e companhia importantes, antigas e recentes na vida (Thiago, Jondison, Beatriz, Nicolas, Luiza e Regilma).

Agradeço ainda, de forma especial, às quatro companheiras: Machado, Margarida, Maria e Liz, que cederam seus relatos para a construção da pesquisa, pela acolhida em suas comunidades/casas. Vocês foram essenciais para florescer o caminho da pesquisa.

COM LICENÇA POÉTICA

*Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o “América Latina” uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
– dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou, você é, nós somos!*

Adélia Prado

(Texto adaptado para este trabalho)

RESUMO

Este trabalho analisa a auto-organização de mulheres representantes de comunidades e lideranças que contribuem na organização de resistências à atividade mineradora de territórios próximos à Estrada de Ferro Carajás da empresa Vale S.A., nos estados do Pará e Maranhão. Para entender o caminho da pesquisa, como trajetórias da resistência cotidiana das lideranças-femininas, é necessário evidenciar “o que os camponeses fazem entre revoltas para defender seus interesses da melhor forma possível” (SCOTT, 1992, p. 29). Portanto, as experiências construídas nos cotidianos e os movimentos sociais institucionalizados são considerados por Scott como formas de resistência. A pesquisa aborda, por meio dos relatos das mulheres, os primeiros trabalhos coletivos, as avaliações positivas e negativas na perspectiva de uma organicidade dentro dos territórios, se os trabalhos realizados nas comunidades foram concretamente utilizados como fonte das novas expectativas, sonhos, aspirações e projetos coletivos. A pesquisa, ainda, tem como objetivo apresentar relatos da realidade das mulheres, pontos referentes, seus caminhos de organização e protagonismo político, criminalização das lideranças-femininas, questões em relação aos impactos nas suas comunidades. Um dos caminhos escolhidos para iniciar a pesquisa foi a utilização do conceito de acumulação por espoliação, de Harvey (2004), em que ele apresenta o método do aumento capitalista. Outro suporte para a discussão será com a pesquisadora Saffioti (2013), que explica o processo de desenvolvimento capitalista, reforçando que o trabalho alienado é, para a mulher, imediatamente a negação de sua potência histórica e o rebaixamento do patamar de humanidade a que terá acesso. Nesse sentido, o processo metodológico da pesquisa também é baseado na construção de relato de vida/história oral de lideranças-femininas. Para Alberti (1990), a historicização/politização do cotidiano dá sentido a problemáticas “marginais”, limitadas à vida privada. Portanto, essa metodologia mostra um panorama mais completo acerca dos impactos que o processo mineral causa, direcionando a novas considerações em relação à realidade das mulheres e à autonomia na luta contra o modelo mineral introduzido em seus territórios. Assim, a pesquisa é um processo de outras construções de realidades da ação das mulheres e de luta contra a forma singular com que esses grandes empreendimentos as atingem.

Palavras-chave: Mulheres. Mineração. Resistências. Pará. Maranhão.

RESUMEN

El trabajo analiza la auto-organización de las mujeres representantes de las comunidades y líderes que contribuyen a la organización de resistencia a las actividades mineras en territorios cercanos a la Estrada de Ferro Carajás por la empresa Vale S.A., en los estados de Pará y Maranhão. Para comprender el desarrollo de la investigación, como trayectorias de resistencia diaria de las mujeres líderes, es necesario destacar “lo que hacen los campesinos entre las revueltas para defender sus intereses de la mejor manera posible” (SCOTT, 1992, p. 29). Por lo tanto, las experiencias construidas en la vida cotidiana y los movimientos sociales institucionalizados son considerados por Scott como formas de resistencia. La investigación aborda, a través de los informes de las mujeres, los primeros trabajos colectivos, las evaluaciones positivas y negativas desde la perspectiva de una organización dentro de los territorios, si los trabajos realizados en las comunidades fueron utilizados concretamente como una fuente de nuevas expectativas, sueños, aspiraciones y proyectos colectivos. La investigación además tiene como objetivo presentar informes sobre la realidad de las mujeres, los puntos de referencia, sus caminos de organización y liderazgo político, la criminalización de las mujeres líderes, los problemas relacionados con los impactos en sus comunidades. Uno de los caminos elegidos para comenzar la investigación fue utilizar el concepto de acumulación por desposesión de Harvey (2004), el que se presenta como un método de aumento capitalista. Otro apoyo para la discusión será con Saffioti (2013), quien explica el proceso de desarrollo capitalista, reforzando que el trabajo enajenado para las mujeres es inmediatamente la negación de su poder histórico y la disminución del nivel de humanidad que tendrá acceso. En este sentido, el proceso metodológico de investigación también se basa en la construcción de una vida/historia oral de mujeres líderes. Para Alberti (1990), la historización/politización de la vida cotidiana tiene sentido de los problemas “marginales”, limitados a la vida privada. Por lo tanto, esta metodología muestra un panorama más completo sobre los impactos que el proceso minero causa, lo que lleva a nuevas consideraciones en relación con la realidad de las mujeres y la autonomía en la lucha contra el modelo minero introducido en sus territorios. Así, la investigación es un proceso de otras construcciones de realidades de la acción de las mujeres y de luchar contra la forma singular con que estas grandes empresas les alcanzan.

Palabras llave: Mujeres. Minería. Resistencias. Pará. Maranhão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O EXTRATIVISMO MINERAL NA AMÉRICA LATINA	13
1.1 AS CONTRADIÇÕES DA MINERAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	13
1.2 O PROCESSO MINERAL E SEUS IMPACTOS EM GRANDE ESCALA NO BRASIL	21
1.3 METODOLOGIA: DISCUSSÕES E CAMINHOS DA PESQUISA	25
2 AMAZÔNIA: A FRONTEIRA DOS DESENCONTROS	31
2.1 O PROJETO GRANDE CARAJÁS	32
2.2 IMPACTOS DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS	35
3 MINERAÇÃO, CORPO E VIDA DAS MULHERES	43
3.1 AS VULNERABILIDADES DA MULHER NA MINERAÇÃO E SEU CONTEXTO	43
3.2 MULHERES E O TRABALHAM NA MINERAÇÃO.....	46
3.3 CRIMINALIZAÇÃO: RELATOS DAS LIDERANÇAS-FEMININAS	48
3.4 LIDERANÇAS-FEMININAS, ÁGUA E FOLHA DA AMAZÔNIA	53
3.5 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA-FEMININA.....	56
3.5.1 Primeiro relato: Margarida	58
3.5.2 Segundo relato: Machado.....	63
3.5.3 “I Encontro de Mulheres que Moram em Região de Mineração” em Canaã dos Carajás	67
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE	81
APÊNDICE A – REGISTROS DO “I ENCONTRO DE MULHERES QUE MORAM EM REGIÃO DE MINERAÇÃO”	82
ANEXO	84
ANEXO A – MULHERES OCUPAM OS TRILHOS DA VALE, NO MARANHÃO	85

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa mostra as narrativas vividas por algumas mulheres afetadas, de forma direta ou indireta, pelos projetos de mineração na Região de Carajás, estados do Pará e Maranhão. O trabalho busca sistematizar e apresentar determinadas particularidades, com base nos relatos de algumas mulheres que tive a oportunidade de conhecer por meio dos movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e coletivos.

Tem-se, como objetivo, mostrar a riqueza e a força das histórias contadas por lideranças-femininas que são referências em seus territórios. A escolha de evidenciar os relatos das mulheres também está ligada ao intuito de se levantar os possíveis motivos que marcam a participação social e o protagonismo das mulheres em um contexto de conflito, resultado da mineração e do projeto de exploração em grande escala.

A mineração é um modelo de atividade que explora, fortemente, os recursos naturais, sobretudo no uso do solo e da água, afetando, diretamente, territórios que dependem desses recursos. Por se tratar de uma ação intensa em capital, é corriqueiro que a mineração, em seu estágio de execução, provoque uma restrição de empregos, o que acaba gerando um ciclo cruel de reprodução de desigualdade socioeconômica (MILANEZ *et al*, 2013, p. 175).

Nesse sentido, o interesse no tema se inicia quando eu, mulher jovem e atingida pela mineração, começo a participar do coletivo de Juventude Atingida pela Mineração, com jovens do Pará e do Maranhão, o qual debatia o processo minerário não só do Brasil, mas de toda a América Latina. Esses debates eram promovidos por Missionários Combonianos¹, sacerdotes que, em parceria com o movimento estudantil “Debate e Ação”, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), e o Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular (Cepasp), formaram jovens.

A partir desses debates, percebi os impactos da mineração cada vez mais presentes na minha vida, da minha família e das comunidades do Pará e do Maranhão. Essa percepção instigou a continuidade na militância, o que me motivou, nos anos de 2015 e 2016, a contribuir com a construção do “Movimento pela Soberania Popular na Mineração” (MAM), em Marabá, Pará. O movimento nasceu com objetivo de difundir as decisões sobre

¹ Missionários Combonianos é uma congregação vinculada à Igreja Católica. Nela, agregam-se padres e leigos envolvidos nas causas sociais, em defesa da vida, justiça social e ambiental. Os missionários estão presentes em diversas partes do mundo, sobretudo na África e América Latina. O nome dado à congregação é oriundo do seu patrono São Daniel Comboni. Ainda na época colonial, foi reconhecido como um dos grandes defensores das causas dos africanos, a partir do lema “Salvar a África com a África”.

a mineração no Brasil, algo histórico, sobretudo pelo espaço que ela ocupa nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social, nas diferentes escalas.

Para tentar conter os danos socioambientais decorrentes das atividades exploratórias, os movimentos sociais têm sido fundamentais no processo de resistência frente ao atual modelo de exploração mineral, pois este busca apenas servir aos interesses capitalistas e, assim, originar lucro para as grandes empresas que exploram os recursos de diversos países latino-americanos. A decadência de exploração é mantida para beneficiar o mercado internacional, para garantir a expansão nesse comércio do minério de outros países como China e Estados Unidos.

Nessa linha, a socióloga Gohn (2010) destaca o desempenho dos movimentos sociais e ONGs no Brasil na era da globalização, expondo “o modelo de ampliação nos anos de 1990”. A pesquisadora brasileira assegura que a consolidação dessas instituições ocorreu por meio do entendimento das transformações econômicas sucedidas no país durante um longo período.

Há uma profunda clareza sobre os efeitos dos desastres e a respeito das “violências das afetações”, violências materiais e simbólicas intrínsecas à expansão das fronteiras minerárias, como assinalado por Zhouri (2018). As afetações às comunidades, no setor mineral, são retidas nos abusos das normas, construídas e pactuadas nacional e internacionalmente, e na distorção dos mecanismos de participação política consolidados nos períodos pós-ditatoriais, em diferentes países do continente latino-americano.

No entanto, há poucas pesquisas e estudos relacionados aos efeitos do extrativismo mineral na vida e na resistência das mulheres face ao modelo de desenvolvimento extrativista na Amazônia, particularmente no Pará e no Maranhão, como o caderno *Conflitos no Campo Brasil 2018*. Com dados da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), o documento mostra que, em 2018, 486 mulheres passaram por determinada forma de violência, que se configura em tortura, agressão, tentativa de assassinato ou ameaça relacionada aos conflitos na Amazônia (BASTER, 2019, p. 84).

Conforme a mesma publicação (BASTER, 2019, p. 85), em uma década, 1.409 mulheres sofreram algum tipo de violência no campo, até 2018. O número pode ser muito maior, pois, em casos como despejo ou expulsão, são computados os números de famílias, o que não avalia a quantidade precisa de mulheres envolvidas. É sobre as mulheres que recai a carga mais pesada dessas ações, pois elas, ao verem destruído o local de sua habitação e trabalho, carregam consigo a dor e a angústia de suas comunidades (BASTER, 2019, p. 83).

De acordo com a organização das mulheres face ao extrativismo mineral,

as comunidades passam por transformações sociais decorrentes da atividade das mineradoras (BASTER, 2019, p. 87). Nesse sentido, o principal problema que direciona a pesquisa é saber se o impacto da exploração econômica, no setor da mineração, também muda a vida das mulheres articuladoras em seus territórios. No caso deste trabalho, será estudada a Vale S.A.²

Assim, no presente estudo, busca-se demonstrar os impactos da mineração em territórios ocupados, sob a perspectiva da vida de mulheres envoltas nas implicações do modelo de exploração, e também verificar as condições que as levam a se destacar enquanto lideranças-femininas na defesa de seus direitos, territórios e famílias. A pesquisa de campo descreve a história de quatro lideranças femininas (quilombola, pescadora e representantes de comunidades localizadas ao longo do Corredor de Carajás), nos estados do Pará e do Maranhão.

O trabalho aborda, por meio dos relatos das mulheres, os conflitos do cotidiano, por viverem próximas à Estrada de Ferro Carajás (EFC)³. As vozes de mulheres, em áreas de conflitos, vêm sendo silenciadas ao longo dos anos. “Ao mesmo tempo ocorre um crescimento significativo do protagonismo das mulheres no campo, a partir de suas auto-organizações, principalmente nos enfrentamentos às inúmeras retiradas de direitos” (BASTER, 2019, p. 85).

Assim sendo, os processos de articulação das mulheres constituem movimentos de resistência ao capital e às diferentes formas de violações engendradas pelo modo de produção mineral. O enfrentamento das “mulheres-lideranças” surge a partir da necessidade de se contrapor as violações da empresa Vale S.A. em seus territórios, organizando-se por meio de rodas de conversa, formação de base, sindicatos, associações e cooperativas, ou promovendo reuniões mensais em suas comunidades.

Desse modo, a pesquisa tem, por hipótese, que os impactos da exploração econômica têm provocado as mulheres a estabelecer redes de autoproteção dentro dos territórios. Num acúmulo de múltiplas correntes de interpretações, destacam-se a participação e a ação das mulheres como indivíduos ativos, o que contradiz as imagens de passividade, inatividade e dependência ao lar, revelando novos campos de atuação, ao

² A então denominada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi fundada em 1943 (COELHO, 2015, p. 27). A empresa necessitava do aval do governo brasileiro para a construção da linha férrea, pois sua ampliação carecia de recursos (cerca de 3,7 bilhões de dólares), “ao mesmo tempo em que tinha de lidar com governos estaduais e municipais que seriam impactados positiva e negativamente por esses investimentos” (CARNEIRO, [2010], p. 19).

³ A Estrada de Ferro Carajás é construída no litoral maranhense e na província mineral de Carajás (sudeste do Pará) e foi projetada para fins de exploração e exportação de minério. A organização da exploração mineral de Carajás está relacionada com os investimentos em prospecção de minérios realizados a partir dos anos de 1960 por grandes empresas na Amazônia, em áreas de terras firmes dessa região.

recuperar vozes femininas.

A metodologia que direciona a pesquisa é a História Oral, que traz os relatos das quatro lideranças-femininas já mencionadas, que buscam formas de resistências ao longo da EFC. São mulheres que carregam, em seus relatos, formas de se contrapor às violações e aos impactos que a empresa Vale descarrega em seus territórios, localizados às margens da linha férrea, ou nos territórios que ficam próximos às minas de ferro, ouro, cobre, bauxita e tantos outros minérios.

Os relatos ajudam a humanizar, a trazer a possibilidade de se identificar como as pessoas podem ser afetadas, o que elas vivem dentro de um contexto com cifras e números tão expressivos quanto os da mineração industrial atual. As vivências singulares têm valor em si e auxiliam na construção da melhor imagem do todo. Em complemento, acredita-se, neste trabalho, que, apesar de singulares, elas estão marcadas, também, pela intersubjetividade, como explicita Gonçalves Filho (1998, p. 14), isto é, pela condição social.

O modelo dessas investigações colaborou para identificar pessoas históricas mais plurais, sobressaindo das diversas diferenças, viabilizando-as como sujeitos(as) históricos(as) sociais e culturais; evidenciando os desempenhos, sensibilidades e importâncias aceitos numa cultura local que podem ser abdicados em outras estruturas de organização (ALBERTI, 1990). Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é descrever os processos de articulação e organização face ao extrativismo mineral da mineradora Vale S.A., a partir das narrativas de mulheres-lideranças – mulheres que também vêm sendo processadas e acusadas de crime pela multinacional.

A ação dos movimentos sociais, frente à atuação predatória do capital, neste caso a mineração, conta com a participação ativa das mulheres. Com isso, o trabalho tem como objetivos específicos: demonstrar o processo de exploração mineral nos últimos anos na América Latina e, especificamente, na Amazônia brasileira; compreender o exercício e os aprendizados das lideranças-femininas na composição das redes de autoproteção para o enfrentamento da mineração em seus territórios; e identificar/caracterizar singularidades e efeitos sociais do extrativismo mineral no cotidiano das lideranças-femininas.

Para tanto, o desenvolvimento do presente trabalho se deu em três capítulos. O primeiro e o segundo são destinados a apresentar uma pesquisa bibliográfica e documental no que se refere aos argumentos teóricos e à contextualização da mineração na América Latina, especificamente na América do Sul, apresentando o contexto histórico do processo de mineração no Brasil e sua atualidade. Para isso, foram consultadas bibliografias que demonstram as áreas de mineração, solicitações de exploração de

minérios por empresas e, ainda, o potencial mineral dessas regiões, bem como o interesse permanente na exploração, especificamente da Região Amazônica. O terceiro capítulo, por fim, retrata a mineração e a vida das mulheres em suas diversas formas de resistência contra os impactos da empresa Vale S.A., além de suas atuações como sujeito político.

1 O EXTRATIVISMO MINERAL NA AMÉRICA LATINA

Para construção deste primeiro capítulo, utilizou-se como aporte teórico principal o autor britânico David Harvey (2004, 2005, 2013), com os fundamentos para uma explicação mais adaptada sobre o movimento do capital no mundo, como também a respeito da forma como a renda se relaciona com os artifícios básicos de produção e, ainda, acerca da distribuição das estruturas que originam o desenho espacial específico do capitalismo. Assim, o autor desencadeia uma reconstituição da “crítica da economia política”.

No decorrer do texto, contou-se com o apoio teórico também de Gonçalves (2016), Lagos e Peters (2010) e Coelho (2014, 2015), especialmente para compreender os preços elevados de alguns minérios e como esses preços influenciam na estrutura econômica de países da América Latina. Para avançar nessa mesma direção teórica, foram utilizadas as autoras Vincent e Vasconi (2017) e Malerba (2012). Acrescentam-se, ainda, Svampa (2012) e os dados do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), de 2014, cujas leituras foram fundamentais para descrever os princípios que norteiam a construção deste capítulo.

1.1 AS CONTRADIÇÕES DA MINERAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

O primeiro capítulo deste trabalho tem por objetivo relatar e compreender o processo do extrativismo mineral na América Latina. Quando se pesquisa sobre os recursos naturais da América Latina, são notáveis os interesses capitalistas dos países europeus como Espanha, Portugal e Inglaterra, com a manipulação dos territórios ditos descobertos na Divisão Internacional do Trabalho, atuando como exportadores de recursos naturais/matéria-prima.

Para que as empresas tenham seus lucros compatíveis ao ritmo com o qual os subsolos são explorados, comunidades tradicionais são expulsas, de forma violenta, de suas terras. Os conflitos socioambientais são cada vez mais comuns em diferentes países como Equador, Peru, Colômbia, Argentina, Chile e Brasil (SVAMPA, 2012, p. 21-22), com perda da biodiversidade e degradação dos recursos hídricos, por exemplo. Isso ocorre porque, para suprir o mercado internacional de *commodities*, governos e empresas aceleram os ritmos de mercantilização da natureza e das estratégias de expropriação.

A revista *Não Vale* (SOUZA, 2019), organizada pela Rede Justiça nos Trilhos, mostra que é necessário destacar, também, algumas conquistas em meio ao caos,

a exemplo do caso do Chile, onde a sociedade civil conseguiu barrar o projeto de mineração binacional intitulado de “Mina Pascua Lama”. Parece impossível que isso possa acontecer, mas a área localizada na fronteira entre Chile e Argentina, com aproximadamente 4.500 metros de altitude, cercada por geleiras, conhecida por Cordilheira dos Andes, tornou-se exemplo mundial de que é possível, sim, parar projetos de mineração (SOUZA, 2019).

Uma das características da atuação das mineradoras, na América Latina, é a força intempestiva sobre a apropriação dos recursos minerais. Várias mineradoras transnacionais atuam na produção, em uma vasta dimensão territorial. Entre as presentes no Brasil, destacam-se BHP Billinton, Glencore Xtrata, Anglo American, Rio Tinto, Vale, Newmont y Gold Corporation, Barrick Gold Corporation e AngloGold Ashanti. Essas mesmas empresas estão em diferentes partes do mundo, acumulando lucros privados em nome da mercantilização da natureza e do trabalho (GONÇALVES, 2016, p. 41).

A América Latina foi transformada numa das fundamentais fronteiras da expansão mineral do mundo, com contribuição plausível na produção mundial de minérios, ganhando destaque aos olhos das indústrias de alta tecnologia (GONÇALVES, 2016). A participação dos países latino-americanos se concentra na produção mundial de ferro, níquel, cobre, estanho, zinco e bauxita, evidenciando o arranjo estratégico na geopolítica dos territórios ligados aos interesses por minérios. Há grande fluxo comercial desenvolvido internamente entre os componentes latinos, uma vez que há uma dependência em relação a alguns minérios, além da sua exportação para diversos lugares do mundo.

É possível analisar, nos **Gráficos 1, 2 e 3**, como é distribuído o setor mineral na América Latina e a evolução de cada minério nos países latino-americanos. No **Gráfico 1**, pode-se perceber que, ao longo da primeira década do século XXI, cresceu o preço de *commodities* minerais como minério de ferro, cobre, ouro e alumínio, o que alarga a expansão de novas fronteiras do extrativismo mineral na América Latina. Nos **Gráficos 2 e 3**, o cenário se configura com a evolução dos preços e efeitos da mineração na economia e em territórios impactados por megaempreendimentos em países latino-americanos.

Desse modo, conclui-se que, ainda depois de mais de cinco séculos, essa região do continente americano permanece se enquadrando nas disputas hegemônicas por produtos primários, disputas protagonizadas por países ricos industrializados. Em diálogo com esse fato, Galeano (2013, p. 5) afirma que “[...] continuamos aplaudindo o sequestro dos bens naturais com que Deus, ou o Diabo, nos distinguiu, e assim trabalhamos para a nossa perdição e contribuimos para o extermínio da escassa natureza que nos resta [...]”.

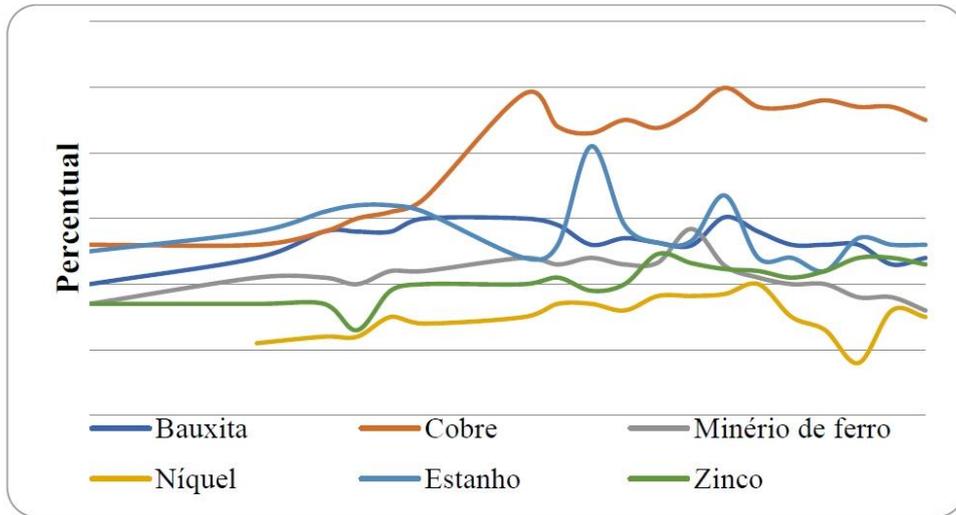


Gráfico 1 – Participação da América Latina na produção mineral mundial (1985-2010).
 Fonte: USGS (2012), MILANEZ; SANTOS (2014) *apud* GONÇALVES (2016, p. 54).

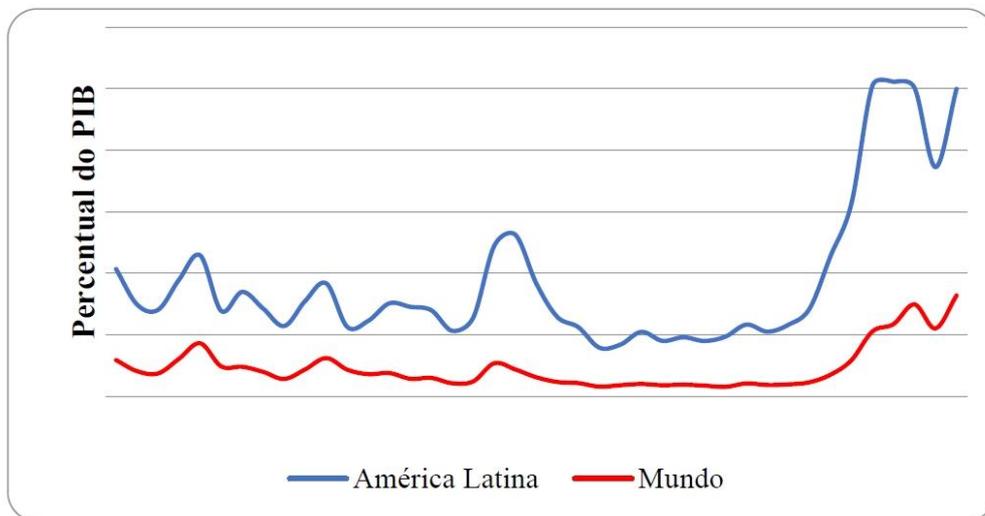


Gráfico 2 – Evolução da renda mineral na América Latina e no mundo (1970-2010).
 Fonte: World Bank (2013), MILANEZ; SANTOS (2014) *apud* GONÇALVES (2016, p. 54).

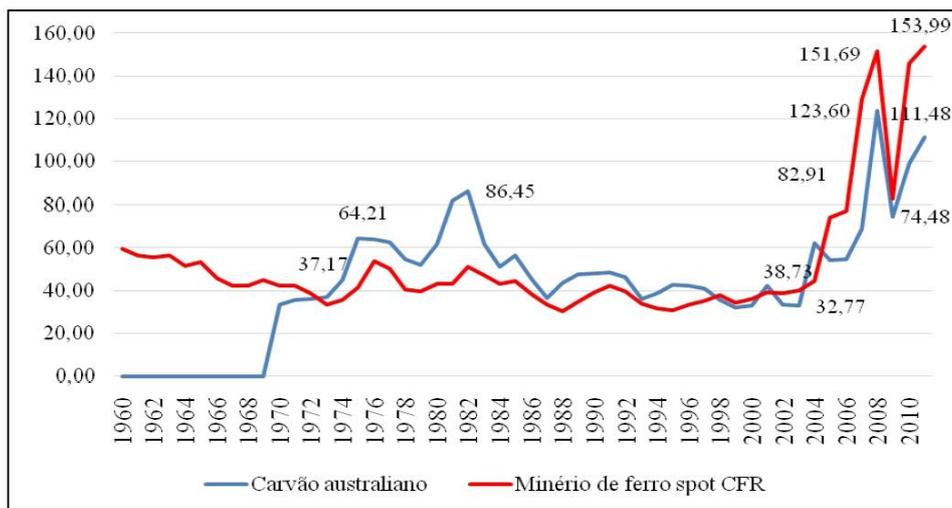


Gráfico 3 – Evolução dos Preços do Carvão e do Ferro (1960-2011) em US\$ (referência 2010).
 Fonte: World Bank (2013) MILANEZ; SANTOS (2014) *apud* GONÇALVES (2016, p. 55).

Na primeira década do século XXI, com o avanço do valor de mercado das *commodities* minerais, o extrativismo mineral intensifica-se em diversas regiões latino-americanas. Esse percurso gera uma evolução simultânea com o desenvolvimento significativo dos consumos mundiais por minérios, sobretudo de países asiáticos como a China. Metálicos ferrosos e não ferrosos, dentre eles ferro, cobre, bauxita, nióbio, níquel e ouro, presenciaram rápido percurso e novas vendas, com impactos na economia e nos territórios de países como Brasil, Peru, Argentina e Chile. Essa dinâmica assim pode ser apresentada:

Sudamérica tiene el 12,1% de la superficie mundial, el 5,7% de la población mundial (United Nations Population Fund, 2009), y el 4,9% del Producto Interno bruto medido a precios corrientes (Fondo Monetario Internacional, 2009). En 2007 Sudamérica producía cerca del 15% del valor de los metales y elementos masivos, incluidos el carbón, el hierro, el aluminio, el cobre, el oro, la plata, el molibdeno, el estaño, el níquel, el plomo y el cinc (Centro de Minería, 2010). Es decir, Sudamérica producía en 2007 más minerales y metales que lo que le correspondía de acuerdo a los principales índices económicos, demográficos y geográficos⁴. (LAGOS; PETERS, 2010, p. 2).

O padrão de extrativismo mineral expandido na América Latina fundamenta-se nos grandes projetos, reforça estratégias de domínio dos territórios e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2013). É nessa perspectiva, com grande escala de produção e demanda, que as técnicas e ritmos extrativos, igualmente como o uso e o desaproveitamento dos próprios minérios, água e energia, ilustram a ideia do desenvolvimento sustentável e os equívocos dos grandes projetos de mineração.

Desse modo, “as violências físicas, simbólicas, epistêmicas, étnicas raciais e territoriais – oriundas da colonialidade do poder e do saber – se repetem na história da maioria dos países latino-americanos” (VINCENT; VASCONI, 2017, p. 66). Há um padrão extrativista na América do Sul. As realidades dos megaprojetos que estão presentes nos territórios alertam que não é possível pensar saídas para as diversas violações de forma isolada, pois o organismo desses projetos de exploração e seus efeitos violentos acontecem numa onda de repetição entre tempo e espaço.

Em 2009, a produção mineral dos países sul-americanos abarcava todos os metais e minerais produzidos no mundo. Havia uma importância especial: o cobre, a

⁴ “A América do Sul ocupa 12,1% da superfície mundial, detém 5,7% da população mundial (Fundo de População das Nações Unidas, 2009), e 4,9% do Produto Interno Bruto, medido a preços correntes (Fundo Monetário Internacional, 2009). Em 2007, a América do Sul produzia cerca de 15% do valor dos metais, incluídos carvão, ferro, alumínio, cobre, ouro, prata, molibdênio, estanho, níquel, chumbo e zinco (Centro de Mineração, 2010). Isso significa que a América do Sul produzia, em 2007, mais minerais e metais do que o que lhe seria correspondente de acordo com os principais índices econômicos, demográficos e geográficos” (tradução nossa).

bauxita, o ferro, a prata, o ouro, o chumbo, o molibdênio, o níquel, o estanho, o zinco, o nióbio, o selênio, o antimônio, o lítio, o iodo, o carvão e o manganês. Conforme o estudo de Lagos e Peters (2010, p. 2), em 2009, cinco países sul-americanos permaneciam entre os cinco produtores mundiais dos seguintes minerais:

- o Peru era o primeiro produtor de prata, o segundo de zinco, o terceiro de cobre e estanho, o quarto de molibdênio e chumbo, e o quinto de ouro;
- o primeiro produtor de cobre, lítio e iodo era o Chile, que também era o segundo de selênio, o terceiro de molibdênio, e o quinto produtor de prata;
- o Brasil, por sua vez, se destacava como o primeiro produtor de nióbio, o segundo de minério de ferro, o terceiro de bauxita e o quinto de estanho;
- por fim, a Bolívia era o terceiro produtor de antimônio e o quarto de estanho.

Além disso, a Colômbia era o maior produtor de carvão do continente e figurava no décimo lugar entre os maiores produtores mundiais.

A se basear por esse destaque, nas últimas décadas, nota-se o predomínio de megaprojetos com seus modelos de desenvolvimento presentes em diversos países da América do Sul, propriamente ligados a uma política econômica internacional. Em reflexão crítica, de acordo com as realidades regionais, as opressões do capitalismo transnacional se proferem de acordo com as políticas desenvolvimentistas do Estado. Isso significa expropriação da natureza, da cultura e dos territórios, que inviabilizam as resistências e lutas que entram nesse contexto. Esse modelo de desenvolvimento, entretanto, dialoga na oposição dos direitos alcançados no final do século passado, que foi propício ao extrativismo, o qual se manifestou como gerador de violências e desigualdades.

Nos últimos anos, o predomínio de empreendimentos de extração em vários países encontra-se fixado em uma política econômica internacional de cunho neoliberal. Isso contribui para uma reflexão crítica dos contextos regionais, como as violências do capitalismo transnacional que se interligam às políticas de crescimento do Estado no viés da espoliação da natureza, das tradições dos territórios, bem como das possibilidades de resistências e lutas que surgem desse contexto.

No século XX, o desenvolvimento parte do âmbito dos direitos alcançados, entendendo que o processo do extrativismo se manifestou, e continua se manifestando, como gerenciador de desigualdades e violências, sobretudo na América Latina. O exemplo de extrativismo mineral em grande escala na América Latina, fundamentado nos megaprojetos, desenvolve estratégias que fortalecem o controle em territórios, gerando espoliação (HARVEY, 2013).

Durante as últimas décadas, a afetação de atividades produtivas e o desenvolvimento da acumulação do domínio financeiro foram formas características do modelo de acumulação. Essa afetação de capital excessivo, nesse momento, para seu andamento positivo e para derrotar a perda do grau de êxito, é capaz de organizar instrumentos que destinam tais preceitos no contexto que é resultado da acumulação primitiva.

David Harvey (2004, 2005) justifica que surgem da economia política do capitalismo contemporâneo artifícios denominados de “acumulação por espoliação”, por meio dos quais as atividades produtivas se tornam ativos públicos e corriqueiros, são cerceadas e aceitam o modo privado, supressor e lucrativo dos recursos:

Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a “expropriação das terras comuns”. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população e geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles (HARVEY, 2004, p. 130-131, grifo do autor).

A descrição feita por Marx, a despeito do processo de gênese da sociedade capitalista, revela um leque amplo de mecanismos. Dentre eles, citam-se: a privatização da terra e sua transformação em mercadoria, e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado e outras) em direitos de propriedade privada; a transformação da força de trabalho em mercadoria, com a supressão de formas alternativas de produção e consumo; os processos coloniais e imperiais de apropriação de ativos; a monetização das trocas e a taxação da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e, em última análise, o sistema de crédito como meios de acumulação primitiva (HARVEY, 2004).

As diferentes formas de acumulação e despossessão que se daria por confluência com mecanismos políticos, distintas daquelas que compõem o funcionamento exclusivamente econômico da reprodução expandida do capital, baseada na extração de mais-valor, ocuparam um papel periférico na sistematização teórica de Marx. Uma recorrente interpretação, na literatura marxista, é a de que, com o desenvolvimento do capitalismo, tais formas “extraeconômicas” deixariam de ser necessárias, dando lugar à atuação exclusiva da compulsão silenciosa dos mercados. O funcionamento dos mercados, no capitalismo, encarregar-se-ia de reproduzir as relações sociais constituídas sobre a separação entre trabalhadores e meios de produção (HARVEY, 2004).

Harvey (2004) argumenta, ainda, que a expansão capitalista, no período desde 1970, tem sido mediada por meio de um processo de alienação de meios de

produção, consumo e representação, o que descreve como acumulação por predação, força ou violência. Essa forma de acumulação não seria compreendida como originária, mas um elemento corrente do capitalismo, ligado à noção da economia política sobre a expansão do capitalismo através da mercantilização, individualismo jurídico e alienação. Nesses processos, o Estado não estaria apenas implicado no exercício da violência, mas como o agente de furtos legitimados, como ponto de partida de sua ressignificação da acumulação primitiva, que o leva ao conceito de acumulação por espoliação.

Quando esses fatores se relacionam aos bens naturais, por exemplo a água e a energia, explanam a insustentabilidade socioambiental e as incoerências dos grandes projetos de mineração. Nessa mesma abordagem, é possível notar que:

A abundância dos minérios no subsolo dos territórios na América Latina, entre eles, uma variedade estratégica cobiçada pelo mercado global, como ouro, prata, diamantes, cobre, zinco, níquel, ferro, carbono, demonstra os interesses geopolíticos e ações estratégicas de apropriação protagonizadas pelas megaempresas estrangeiras (GONÇALVES, 2016, p. 4).

Sendo assim, um dos aspectos que demonstram a força súbita do capital sobre a assimilação dos recursos minerais, na América Latina, é o desempenho de empresas mineradoras transnacionais. Nas três últimas décadas, houve uma soma maior de conflitos ao redor do mundo, injustiças e impactos socioambientais dos megaprojetos de mineração contra as comunidades locais. Com as articulações das comunidades, em parceria com ONGs, movimentos sociais e sindicatos, as resistências e os protestos contra a exploração mineral têm visibilidade e reconhecimento por vários países do mundo, principalmente na América Latina, devido a mineração chegar aos territórios de forma mais violenta, como também porque os recursos minerais foram profundamente privatizados.

A presença de conflitos no campo da mineração não é um evento novo. Dessa forma, o que anteriormente se reduzia a indagações contra os impactos procedentes da mineração e luta por direitos sociais, atualmente se modifica, constantemente, em questionar mais a implantação dos grandes projetos minerais. Há exemplos na América Latina, a exemplo do Peru, da Argentina e do Brasil, onde os impactos, em específico a contaminação da água, as violações sobre a terra, os deslocamentos compulsórios e as desordem em espaços de mineração, induziram a necessidade de a população se organizar coletivamente com o apoio de movimentos sociais, para buscar reconhecimentos em suas lutas e exigir mudanças nos territórios rodeados por grande projetos de mineração.

Os impactos causados pela mineração não podem ser mensurados quantitativamente, porque ocorrem em longo prazo, e, além disso, a própria definição de

impacto não é precisa. Assim, atentar tal experiência seria anular um amplo elemento das externalidades da mineração, porque não há modo de mensurá-las. As implicações da mineração são um processo contínuo, e o campo prejudicado pode ser imenso. Para tentar definir a categoria *impacto*, Coelho explica:

É preciso explicar o porquê de escolher a categoria “impacto” para analisar a relação entre mineração e desenvolvimento. Definimos impacto enquanto consequência e a atividade mineradora enquanto causa. A categoria impacto é a mais acertada [...] porque pode demonstrar em que medida a manutenção dessa atividade econômica é válida, e ainda mostrar quais as potencialidades e os limites envolvidos neste processo. Alguns dos impactos traçados aqui são, na verdade, características da própria atividade mineradora. No entanto, com a instalação da mineração, as características inerentes a essa atividade impactam diretamente as regiões e países onde ela se insere (COELHO, 2014, p. 70, grifo do autor).

A depender da maneira que afetam a população local e a economia nacional, os impactos serão determinados em positivos ou negativos. O benefício dessa separação é para que se determine a probabilidade de existir impactos positivos, isto é, de ser provável que a mineração ocasione apoio ao desenvolvimento de determinada região e, da mesma forma, decida-se quais são as dificuldades acarretadas pela atividade. Esses impactos, divididos entre negativos e positivos, são distribuídos desigualmente pela sociedade.

As variantes a partir das quais se explica essa disseminação dos impactos da mineração são formadas a partir da classe social, da etnia ou da renda dos trabalhadores e trabalhadoras (COELHO, 2014). Em se tratando da renda da mineração, tem-se que esta é ajustada pela esfera financeira do Estado e pelas mineradoras, sendo que as lesões dos impactos chegam para pequenos agricultores(as), quilombolas, ribeirinhos(as) e indígenas. Para esses sujeitos, as contradições da mineração chegam de forma violenta.

As implicações sociais e ambientais das atividades econômicas para grupos específicos constitui injustiça ambiental, não existindo amparo para a entrada irregular aos recursos naturais, de modo que a injustiça transcorre de artifícios políticos e sociais de discussão, nos quais as inúmeras populações, não só tradicionais, que são afetadas pouco importam para esse modelo de desenvolvimento. A injustiça ambiental delibera os casos onde o encargo dos danos ambientais do desenvolvimento se emprega de modo dominante, em locais onde vivem populações pobres.

É essa dialética que faz com que todas as implicações nocivas do desenvolvimento recaiam sempre sobre os(as) sujeitos(as) mais vulneráveis. As ações de elaboração e aplicação de políticas, por serem influenciadas por esses grandes

empreendimentos, direciona para populações específicas os agravos que são de sua responsabilidade.

1.2 O PROCESSO MINERAL E SEUS IMPACTOS EM GRANDE ESCALA NO BRASIL

O Brasil apresenta grande patrimônio mineral e aparece como um dos maiores produtores e exportadores de minérios do mundo. Alcança, em sua produção, mais de 70 substâncias minerais, destacando-se 23 metálicas, 45 não metálicas e 4 energéticas. O minério de ferro lidera com 60% do valor total da produção mineral brasileira; em segundo lugar, o ouro, com apenas 5% (ARAUJO; OLIVIEIRI; FERNANDES, 2014, p. 1).

A indústria extrativa mineral também significou um aumento na Produção Mineral Brasileira - PMB. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Mineração (2011), desde 2000, a busca maior por minerais, sobretudo pelo elevado índice de crescimento mundial, alavancou o valor da PMB. Entre 2001 e 2011, o valor da PMB teria crescimento 550%, de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 50 bilhões. Além disso, em 2000, a indústria extrativa representava 1,6% do PIB brasileiro; em dez anos, esse percentual alcançou 4,1% (GONÇALVES, 2016, p. 9).

A obra *Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos*, do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), forma uma importante parcela de contribuição para o mais perfeito acordo das implicações originadas pelas ações extrativas minerais. Descreve, com mais de uma centena de estudos, fatos espalhados em 22 estados das cinco regiões brasileiras, referentes a empreendimentos minerais das mais diversas formas. Em alinhamento com Gonçalves (2016), a publicação afirma que o crescimento do setor mineral, nos últimos períodos, tornou-se o centro dos investimentos:

Desde o início do século XXI, a indústria extrativa mineral (mineração e lavra garimpeira) vem sendo alavancada por elevado investimento: somente nos últimos 10 anos, o valor da produção cresceu 550% e, ao mesmo tempo, os investimentos programados de 2012 a 2016 são de US\$ 75 bilhões! (ARAUJO; OLIVIEIRI; FERNANDES, 2014, p. 1)

Com esses dados, também aparecem enormes sequelas provocadas pela mineração no que diz respeito às probabilidades existentes para se resguardarem a riqueza e o estilo de vida das populações. Assim, os interesses econômicos afetam comunidades. A maior concentração das ações que a mineração causa, no contexto do estudo do CETEM, está no Sudeste, onde se inicia a atividade mineradora no Brasil, no decorrer da exploração de ouro em Minas Gerais. Depois, destaca-se o Norte, especificamente o estado do Pará,

região onde se concentra a nova fronteira da mineração no país, com 29 estudos (um deles com interface com a região Centro-Oeste), seguido do Nordeste com 21; Centro-Oeste com 11; e Sul, com 10 casos analisados (ARAUJO; OLIVIEIRI; FERNANDES, 2014, p. 6).

No ranking do número dos estudos de caso, o destaque cabe a Minas Gerais, que figura em primeiro lugar com 20% do total, significando 20 distintos estudos de caso, seguido, em segundo lugar, pelo Pará, com 15%, ou 15 estudos; Bahia, em terceiro, com 11%; em quarto lugar o Rio de Janeiro e Amapá, com 9%; Goiás, com 7%, em quinto; e Paraná, em sexto, com 5%. Já Rondônia, São Paulo e Rio Grande do Sul aparecem em quatro verbetes cada, seguidos de Ceará e Mato Grosso, com três estudos, e Amazonas, Roraima, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, com dois estudos. Por fim, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina figuram em apenas um estudo de caso (ARAUJO; OLIVIEIRI; FERNANDES, 2014, p. 6).

R	UF	%
1º	Minas Gerais	19,0
2º	Pará	11,4
3º	Bahia	10,5
4º	Rio de Janeiro	8,6
5º	Goiás	6,7
6º	Amapá	5,7
7º	Paraná	4,8
8º	Amazônia	3,8
	Rondônia	3,7
	Rio Grande do Sul	3,8
	São Paulo	3,8
12º	Ceará	2,9
	Maranhão	2,9
	Mato Grosso	2,9
15º	Piauí	1,9
	Rio Grande do Norte	1,9
	Roraima	1,9
18º	Espírito Santo	1,0
	Mato Grosso do Sul	1,0
	Santa Catarina	1,0
	Sergipe	1,0

Tabela 1 – Ranking dos estudos de caso dos impactos humanos, socioambientais e econômicos por cada Unidade da Federação do Brasil.

Fonte: CETEM/MCTI (Banco de Dados) (2014) *apud* ARAUJO; OLIVIEIRI; FERNANDES (2014, p. 6).

No Brasil, o processo industrial mineral sempre foi desenvolvido de forma dependente do processo capitalista. Historicamente, é importante destacar o período de alta exploração mineral em Minas Gerais, no século XVIII, quando pessoas estavam sujeitas a moradias em péssimo estado, a citar os garimpeiros clandestinos, empregados de obras públicas e mulheres. Nesse período, as minas também ganhavam reforço policial.

Assalariado na Inglaterra e escravos no Brasil: ambos trabalhando colados ao desenvolvimento capitalista da época sob a égide da acumulação do capital fincado na mineração.

Talvez os livros de histórias das escolas brasileiras consigam lembrar apenas Joaquim da Silva Xavier, o “Tiradentes”, inconfidente mineiro, esquartejado em 21 de abril 1792 pela coroa de Dom João VI na cidade de Ouro Preto, quando da temática mineração.

Dessa forma, fragmentando ou deslocando a verdadeira função de nossa exploração aurífera na sua colaboração para o nascimento do capitalismo no mundo (COELHO, 2015, p. 10).

Coelho (2015) aponta, ainda, que as minas eram conduzidas pelo poder lusitano, o qual ocupava os cargos de chefia da instituição militar e mantinha, sobre essa massa de “vadios”, uma violência sistêmica. Toda essa violência perversa, gerada por meio desse sistema capitalista mineral, resultou em vidas escravizadas entregues à ambição do acúmulo do capital internacional. Enríquez (2007) comenta que:

[...] aproximadamente 800 cidades tem a permanência de garimpos clandestinos e quase mil e duzentas que não recebem nenhum tipo de imposto pela exploração de marmorarias, areais ou cascalhos, o que significa a invisibilidade do Estado e da sociedade sobre uma atividade que se remota a estágios de atraso, empobrecimento de um lado e enriquecimento do outro com o paliativo de atividade sustentável (*apud* COELHO, 2015, p. 12-13).

A tendência da mineração é resguardar as organizações do subdesenvolvimento, consistindo em, até mesmo, embrenhar-se nas contradições do atraso. Não se pode dizer somente que a mineração direcione para o caminho do subdesenvolvimento, mas que ela reforça os riscos de concentração de seus faturamentos, cercada de opressões próprias desse subdesenvolvimento. Por esse lado, a mineração, quando submergida por ideias de um mercado acessível, não exclusivamente se alimenta das estruturas atrasadas como também as reproduz. No entanto, provoca a ideia de ciclos econômicos específicos e, com isso, supressivos das populações de determinadas regiões. Assim, o processo minerário se faz presente sobretudo nas comunidades tradicionais.

De acordo com Harvey (2004), o aumento no processo minerário fez com que as disputas de território desestruturassem o espaço de representação social dos camponeses e de outros povos, como quilombolas e indígenas. Desse modo, é importante trazer, em sua aparência, a determinação das regras para as cidades mineradoras, que consiste em militarização do ambiente, investigação, criminalização, agressão envolvendo jovens e processos judiciais, nas comunidades, contra as lideranças, acabando com as esperanças financeiras transitáveis desses espaços. Assim, visto que a agricultura segue sendo o maior exemplo de atividade produtiva, a mineração atinge, fortemente, o campesinato.

O desemprego se tornou cada vez mais corriqueiro no âmbito nacional, fazendo com que surgissem populações excessivas em todo o país. Mészáros (2011, p. 25-26) discute que o desemprego é fruto das contradições que são inseparáveis do imperativo da infundável expansão do capital a todo custo, confundido de forma arbitrária e mistificadora com o crescimento como tal. Trata-se de uma tendência desumana que transforma a força de trabalho em algo descartável. Para ele, “é aqui que deve ser confrontado o obstáculo esmagador das indeterminações em causa própria do capital, não importa o quão difícil isso deva ser sob condições atuais” (MÉSZÁROS, 2011, p. 28). Nesse mesmo sentido, David Harvey explica que:

Em todo momento histórico-geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas pode predominar. A acumulação do controle sobre territórios como fim em si tem claramente consequências econômicas, que podem ser positivas ou negativas das perspectivas da extração de tributos dos fluxos de capital, da força de trabalho, das mercadorias e etc. Mas o quadro se altera substancialmente numa situação que o controle territorial (que pode ou não envolver apropriação e administração concretas de território) é considerado um meio necessário da acumulação do capital. (HARVEY, 2004, p. 36).

A China continua sendo a maior consumidora mundial de matérias-primas, nas últimas décadas. Segundo Coelho (2015), por meio de investimentos em redes de eletricidade, sistemas de transportes e habitação, a China acompanhou o caminho clássico das indústrias com forte veemência em recursos naturais. Nesse sentido, o pesquisador analisa que:

Entre 1998 e 2002, as exportações da Vale para a China cresceram a uma taxa anual de 33,3%, e a Vale passou a representar, no fim do período, 16% das importações chinesas. Já entre 2002 e 2006, a Vale se inseriu de maneira decisiva no mercado chinês, com as exportações aumentando de 17,5 milhões de toneladas métricas para 77,9 milhões, fazendo da Vale a maior fornecedora de minério de ferro para a China. A China foi o principal driver da demanda global por minerais e metais em 2013, representando 64,3% da demanda global transoceânica por minério de ferro, 50% da demanda global por níquel e 43% da demanda global por cobre. A China também correspondeu a 40,5% da receita operacional líquida da Vale (COELHO, 2015, p. 43).

Conforme apresentado, as afinidades comerciais entre o Brasil e a China se concentraram nas exportações da mineradora Vale S.A., que cooperou para propagar a entrada primária brasileira no mercado internacional de *commodities*. Mas, essas particularidades, esse arranjo primário-exportador do Brasil expõe contradições, pois tal estratégia de inserção internacional, ancorada num modelo de desenvolvimento baseado na exportação de recursos naturais, associa-se com uma gama de problemas:

[...] desenvolvimento de estruturas econômicas pouco diversificadas, tendência a deteriorização dos termos das trocas com redução progressiva dos preços das commodities, a perda de biodiversidade e impactos socioambientais expressivos que incluem inviabilização de estratégias produtivas existentes, etc. (MALERBA, 2012, p. 13).

É nessa perspectiva que, ao se pautar recursos naturais em que o Brasil e demais países da América Latina emergem como protagonistas no fornecimento estratégico para o mercado global, concomitantemente, torna-se impossível manter veladas as contradições e os conflitos que cercam seus territórios.

1.3 METODOLOGIA: DISCUSSÕES E CAMINHOS DA PESQUISA

A abordagem qualitativa foi utilizada, na metodologia do presente trabalho, com vistas a compreender as mulheres, na sua afinidade com a conjuntura local, e como o processo dessas lideranças-femininas ainda modificam o contexto do território e de suas existências. Direciona-se, assim, para o espaço do conjunto da pesquisa qualitativa, por se entender que este seja o mais apropriado no âmbito escolhido:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21-22).

A metodologia presente na pesquisa é a historiografia oral, para relatar contextos do tempo presente. Consiste num efeito das dificuldades surgidas com outros tipos de fontes. A alternativa pela história oral também é reivindicada por apresentar ajuste do método para determinadas pesquisas, no processo em que os relatos têm a possibilidade de reestabelecer, de modo mais encorpado, a extensão subjetiva das ações históricas e, com isso, compor lideranças históricas.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende trabalhar com quatro mulheres da Região de Carajás (Pará e Maranhão) que são referências de lutas em seus territórios. É importante destacar que, além de serem mulheres militantes, mães, donas de casa e trabalharem fora, essas lideranças-femininas são amazônicas, nordestinas e nortistas, características que as tornam um ser coletivo e que as retiram da superficialidade, considerados os números alarmantes de lideranças violentadas e assassinadas nessas localidades.

Das quatro lideranças-femininas que cederam seus relatos para a pesquisa, três sofrem ou sofreram processos judiciais e criminais pela empresa Vale S.A. São ações judiciais por exercício arbitrário pelas próprias razões, ação de reintegração de posse e ação de interdito proibitório.

O trajeto para chegar às lideranças-femininas delineou-se a partir da participação da pesquisadora em encontros/seminários na região de Carajás, organizados por ONGs, movimentos sociais e movimentos estudantis que debatem as violações da mineração ao longo da EFC. A contribuição das mulheres representantes de comunidades era intensa, nesses debates, e ainda vem ganhando mais espaços para relatar os impactos que setor mineral causa não apenas em suas comunidades, mas também no seu cotidiano.

Considerando essa ligação, é natural que haja uma empatia entre a pesquisadora e as mulheres que são entrevistadas, o que não chega a turvar a capacidade analítica. O desafio da pesquisa pode ser sintetizado em como conectar histórias de vida, compreensivelmente carregadas de referências subjetivas, com o contexto dentro do qual essas pessoas se movem. Verena Alberti apresenta algumas possibilidades de resposta de como utilizar a história oral:

[...] a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a da história oral como um todo – decorre de toda uma *postura* com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a *recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu* (ALBERTI, 1990, p. 5, grifos da autora).

O emprego de depoimentos é um elemento maior do que um recurso técnico ao qual recorre o(a) pesquisador(a), decorrente da ausência de outras fontes. A historicização/politização do cotidiano dá sentido a problemáticas “marginais”, limitadas à vida privada. Não se trata da abordagem de uma tolerância epistemológica (politicamente correta) perante a fala das mulheres, mas de perceber que é por meio desses relatos que se pode compreender problemáticas de difícil acesso, entender sua ação política, tais como a da militância, esse campo onde se realiza o intermédio e o embate entre as amplas formulações estratégicas e as difíceis cobranças da realidade.

Para a construção da pesquisa de campo, propositalmente, não se buscou grande quantidade de entrevistas, para que não pudesse ocorrer, “inconscientemente”, repetições, estabelecer ou direcionar perguntas que se deseja ouvir (BOURDIEU, 1996). A delimitação em quatro mulheres para entrevistar tem sentido visto que é um relevante “grupo de mulheres militantes”, isto é, apresentam histórias de vida, memórias e

experiências de lutas. Nessa perspectiva, é esperado que os resultados sejam ricos de elementos numa perspectiva de saberes, cultura e protagonismo.

As mulheres que se auto-organizam e organizam suas comunidades são retratadas, neste estudo, como “lideranças-femininas”. O termo foi escolhido devido ao histórico de contribuição, especialmente pela organização, participação nas decisões e luta por melhores condições de vida dentro dos seus territórios, tendo ação significativa para o progresso de toda a comunidade. A presença dessas lideranças-femininas aparece em todos os setores de atividades produtivas, porém, nos quesitos respeito e reconhecimento, ainda são intimidadas, gerando uma invisibilidade.

Quando se pensa na questão da intimidação, ameaças a essas mulheres, cabe ressaltar o aumento de feminicídio e da criminalização das lutas sociais. Tendo isso em vista, dialogou-se sobre o cuidado de preservar suas identidades, por questões de segurança. Assim, foi perguntado como elas gostariam de ser representadas na pesquisa. Duas sugeriram nomes, e as outras duas deixaram a escolha livre.

As narrativas, quando faladas ou escritas, não se resumem a descrições, mas, principalmente, buscam visibilizar a prática coletiva. Também dependendo do espaço, a história pode mostrar relatos de acontecimentos com tempos ordenados e aleatórios, momentos particulares, vir a revelar memórias do passado. Logo, as emoções ou circunstâncias emocionais geram efeitos sociais e físicos acentuados e contínuos. Nesse sentido, a técnica relato de vida foi essencial para a construção desta pesquisa, sobretudo pelo significado de abordarem mulheres protagonistas em atuações que procuram resgatar os direitos de sobrevivência, étnicos e territoriais.

A trajetória da história oral se iniciou com o caminho de aproximação com as citadas mulheres, protagonistas de lutas nas comunidades cortadas pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), comandada pela empresa Vale S.A. Para iniciar o trabalho de campo, houve uma primeira conversa por telefone com as entrevistadas, com finalidade de se explicar os objetivos do estudo e convidá-las à participação na pesquisa. Assim, realizou-se o que se pode chamar de pré-campo, com um breve contato com as lideranças-femininas, levando em conta o tempo e suas agendas de atividades, dentro e fora de suas comunidades.

A pesquisa de campo, propriamente, dividiu-se em três momentos. O primeiro campo aconteceu entre os dias 08 e 13 de fevereiro de 2019, na comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, que pertence ao município de Itapecuru-Mirim, e na cidade de Santa Rita, com uma representante da comunidade Sítio do Meio Dois. Ambas as localidades ficam no estado do Maranhão.

Devido à agenda de atividades e trabalhos das outras mulheres entrevistadas, o segundo campo só foi possível de ser realizado mais tarde, de 23 a 26 de novembro de 2019; primeiramente, em 23 e 24 de novembro de 2019, na ocasião do “I Encontro de Mulheres que Moram em Região de Mineração”⁵, na cidade de Canaã dos Carajás, estado do Pará. Finalmente, em 26 de novembro de 2019, foi realizada a etapa final da pesquisa de campo, com a entrevista à representante do assentamento João do Vale, localizado em Açailândia (Maranhão).

Importante ressaltar que a atividade da mineradora impacta, fortemente e de modo específico, a vida das mulheres, por meio das violências de apropriação do lugar pelo extrativismo mineral, isto é, “os processos de submissão, dominação e exploração são diferentes, assim como os tipos de ameaças (e contrarreações) apresentam diferenças no que tange às diversidades, raças/etnias, gêneros e identidades” (SOUZA; RODRIGUES, 2019, p. 4).

No primeiro campo (08 a 11 de fevereiro de 2019), na cidade de Santa Rita (Maranhão), a primeira conversa foi com Margarida, de 33 anos, pescadora residente na comunidade Sítio do Meio Dois, que atualmente cumpre a função de Secretária da Pesca e Aquicultura da cidade de Santa Rita, que fica a 85 km de São Luís. A segunda entrevistada é Machado, a qual mora em outra comunidade que tem seus direitos violados pela empresa Vale S.A.: Santa Rosa dos Pretos.

A comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos está localizada às margens da BR 135, no município de Itapecuru-Mirim (Maranhão). Conforme o site Justiça nos Trilhos (2014b), a comunidade, juntamente com os povoados Boa Vista, Pirinã, Barreiras, Leiro, Centro de Águia, Fugido, Barreira Funda, Sítio Velho, Picos I, Picos II, Curva de Santana, Alto de São João e outros considerados desabitados, formam o Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos. O território possui, atualmente, mais de 600 famílias que enfrentam problemas referentes à escassez de terras desocupadas para a realização de suas atividades econômicas, sociais, culturais e ambientais. As atividades econômicas que predominam no povoado são a agricultura e a pesca.

A próxima cidade que aparece na pesquisa, por passar pelas mesmas problemáticas quanto às questões de violações de direitos conduzidas pela mineradora Vale, é Canaã dos Carajás, localizada no Sudeste Paraense. Dividida do município de Parauapebas no ano de 1994, representa a realidade das comunidades que vivem ao longo

⁵ O objetivo do encontro era fortalecer o diálogo com as mulheres de comunidades rurais que moram próximo às minas de ferro e à EFC, para tentar outras formas de organização que possam questionar e ir contra esse modelo de desenvolvimento que a Vale S.A. leva para dentro dos territórios. Ao mesmo tempo, o encontro abordou três pilares para discussão: “Gênero, Empoderamento e Protagonismo”.

do Corredor de Carajás e hoje conta com uma população com pouco mais de 37 mil habitantes (IBGE, 2019). É onde mora a fonte do terceiro relato, Liz, liderança-feminina que residia na comunidade Racha Placa, mas atualmente está na comunidade América Santana.

A pesquisa de campo encerra-se com a história de Maria, moradora do assentamento João do Vale – na cidade de Açailândia (Maranhão) –, onde vivem 66 famílias de trabalhadores que convivem com o constante perigo de incêndios devido às operações de polimento (ou esmerilhamento) das linhas de ferro realizadas pela empresa Vale. Há incidência desses incêndios em diferentes comunidades que são cortadas pela EFC. Um caso aconteceu em setembro de 2010, na área do assentamento, nas imediações da ferrovia. O incêndio matou animais silvestres e destruiu parte de mata nativa, além de colocar em risco a vida das pessoas que tentaram conter o fogo (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2014a).

O presente trabalho problematiza, por meio da história oral, realidades dessas lideranças-femininas e as suas diversas formas de organizações dentro de suas comunidades. Busca-se entender de que forma os impactos da exploração, no setor da mineração, muda a vida das mulheres que são articuladoras de territórios; como a reorganização do capitalismo brasileiro e seu suposto reposicionamento afetaram a situação das regiões extrativistas e criaram novas situações. Também, analisa-se o tipo de impacto que a mineração causa na maneira de essas lideranças-femininas reexistirem em suas comunidades, em diferentes contextos, e quais são as causas para as diferentes configurações desse impacto.

Intenta-se, ainda, saber como elas atuam frente às violações da empresa Vale S.A., entender como a presença e atuação da empresa as afeta, nos contextos locais. Para isso, é necessário considerar as relações políticas de cada lugar entre empresa, sindicatos, poder público, movimentos sociais e população. Assim, por fim, por meio dos relatos das quatro lideranças-femininas, discuto o papel importante dessas mulheres como articuladoras para o enfrentamento de tomadas de decisões nas reuniões com a própria empresa Vale e até nas reuniões em suas comunidades.

Nos objetivos e hipótese da pesquisa, busca-se recorrer aos tais processos de articulação dessas mulheres, que constroem, diariamente, movimentos de resistência contra o modelo de capital mineral imposto em seus territórios. A mineração ocasiona ou fomenta as condições socioeconômicas típicas do subdesenvolvimento. A hegemonia de mercado, na determinação do modelo de mineração a ser exercido, gera impactos sociais, econômicos e ambientais negativos mais amplos.

Essa mineração exercida nas comunidades apresenta muitos impactos prejudiciais às populações locais, as quais, muitas das vezes, aceitam as condições desvantajosas à população local, impostas pelas multinacionais da mineração. Isso se dá por causa da necessidade estrutural pela exportação de minerais e por ocupar o papel de sócio menor das multinacionais nesse processo.

2 AMAZÔNIA: A FRONTEIRA DOS DESENCONTROS

Os resultados do neoextrativismo são reais, para além das consequências sociais e ambientais frequentemente identificados nos lugares de atuação em toda a América Latina. Gudynas (2016) nomeia esse fenômeno de “efeitos derrame” da mineração e diz que é possível observá-los em instituições, nos governos, em outros aspectos da economia, nos aparelhos jurídicos, na legislação e até mesmo em escalas e condições alteradas e entrelaçadas, os quais necessitam de entendimento.

Nesse sentido, devido sua extensão e arranjo afastado dos grandes centros nacionais de gerência econômica e política, a Amazônia continua à borda das ações crescentes do resto do país. Por outro lado, a expansão brasileira, nesse lugar de fronteira, perpassa, por séculos, a região amazônica, reconstruída analiticamente na medida da inserção social com as lógicas de conflitos na fronteira, espaço onde as instituições do Estado exercem um modelo extenso que parte das relações entre multinacionais, setor privado e o governo (MARTINS, 2014, p. 15).

A fronteira não pode ser reduzida à fronteira geográfica, visto que:

[...] é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (MARTINS, 2014, p. 15).

É nesse contexto que, na Amazônia Oriental, a empresa Vale S.A. propicia um tumulto regional por meio de Carajás, gerando submissão da economia local frente à mineração. Essa desordem é a implantação de uma economia vendida para fora e que não designa nenhuma ligação útil para as outras esferas da economia de regiões de mineração. Para Coelho (2014, p. 32), “no caso da Amazônia, desenvolveu-se o subdesenvolvimento em escala regional, e não nacional”. A saída de matérias-primas apresenta uma gravidade máxima para a Amazônia, e não apenas quando se fala em economia nacional.

Faz-se pertinente, também, uma reflexão acerca do território, que, no caso deste trabalho de pesquisa, é a Amazônia, por ela ser considerada como um meio de ampliação do capital. Há uma diferença, contudo, do capital do Sul-Sudeste do Brasil, o qual é qualitativamente diferente, já que “os trinta anos de exploração mineral e humana em Carajás resultaram na hipoteca e frustração do desenvolvimento real” (COELHO, 2014).

2.1 O PROJETO GRANDE CARAJÁS

A empresa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) surge em 1º de junho de 1942, pelo Decreto-Lei 4.352. O principal acionista, na época, o era governo federal. Fundada em 11 de janeiro de 1943, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, funcionou como empresa estatal até 6 de maio de 1997, quando foi privatizada. Segunda maior companhia mineradora do mundo, adotou a marca Vale em 2007. Assim, deixou de utilizar a sigla CVRD, mantendo a razão social original.

É nesse ano que ocorre a venda das terras devolutas, que possibilitava a venda de terras sem licitação para “grupos organizados em sociedades anônimas” (MADEIRA FILHO *et al*, 2013, p. 192). Com essa lei em vigor, a concentração de terras latifundiárias e os processos migratórios de trabalhadores oriundos do Nordeste, “fugindo da seca e das cercas do latifúndio”, teve um crescimento considerável (MADEIRA FILHO *et al*, 2013, p. 192).

O desenrolar da exploração mineral de Carajás (Pará) se interliga com os investimentos em sondagem de minérios exercidos no decorrer dos anos 1960 por grandes empreendimentos na Amazônia. Malheiro (2019) explica que:

A mineração industrial torna-se política central do Estado apenas a partir do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1974-1979), particularmente através do Polamazônia, em que a grande maioria dos pólos de desenvolvimento planejados para a região, girava em torno de indústrias da mineração, e posteriormente com o III PDA e o Programa Grande Carajás, que consolidou a mineração industrial como via principal do planejamento do desenvolvimento regional. Entretanto, apesar da experiência de mineração industrial se reproduzir em grande monta apenas a partir da década de 1970, já na década de 1950 temos a estruturação de Grandes Projetos de Mineração na região (MALHEIRO, 2019, p. 95).

A então Vale do Rio Doce, principal agente de exploração mineral, deu procedência à companhia Amazônia Mineração S/A (AMZA), que assumiu as iniciativas para desempenhar a exploração mineral de Carajás.

A estabilização da CVRD, como empresa exportadora de importância no comércio mundial, foi conquistada ainda na década de 1950, quando, administrada por Juraci Magalhães (1951-52) e Francisco de Sá Lessa (1952-61), alcançou a operação da mina-ferrovia-porto, de forma que sua operação era de desenho conexa, sem excessos ou ausência de produção. A empresa atingiu a meta de exportar 8 milhões de toneladas de minério de ferro em 1960, prevista no Programa Grande Carajás de Metas do governo Juscelino Kubistchek, e alcançar melhores preços e novos mercados, diminuindo a vinculação dos Estados Unidos, seu principal cliente (CARNEIRO, [2010], p. 18).

Foi assim que a empresa iniciou e agilizou sua produção para explorar minério de ferro da região de Carajás. Contudo, uma problemática que “tinha de ser resolvida era a forma do transporte do minério extraído de Carajás” (CARNEIRO, [2010], p. 20). Assim, a empresa buscou alternativas de como transportar os minérios. Depois de algumas pesquisas sobre questão de tempo e logística, havia duas alternativas: criar uma hidrovia no Rio Tocantins ou arquitetar uma ferrovia, cruzando os estados do Pará e do Maranhão. A escolha adotada foi a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que possui 892 km de extensão, unindo a Serra dos Carajás, no Pará, ao Porto de Ponta da Madeira, em São Luís, litoral do Maranhão.

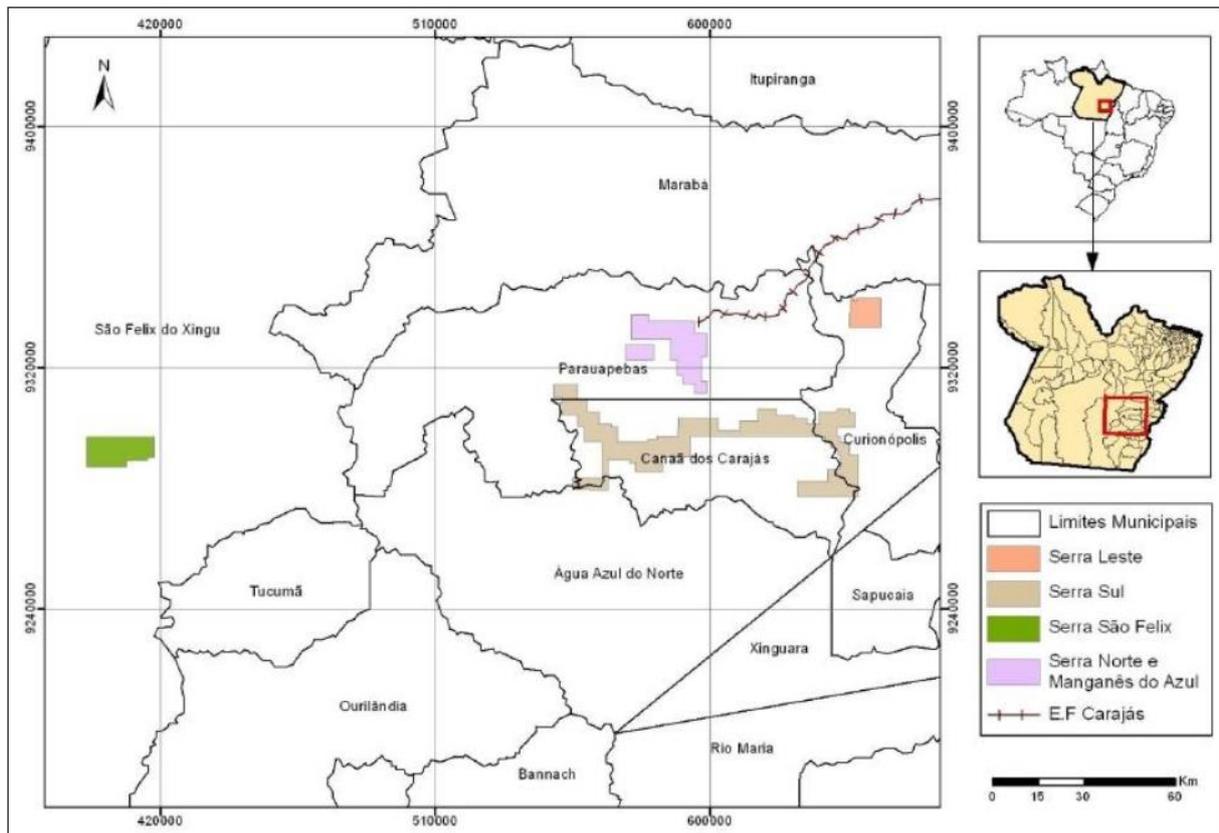
O Projeto Grande Carajás, comandado pela então CVRD, surgiu por meio dos “Acordos de Washington” do governo Vargas, em 1943, instalando-se a ferrovia nos anos 1980, numa das mais ricas extensões de minérios do mundo (COELHO, 2014, p. 13-15). Assim, a atual Vale S.A. já nasce ligada ao mercado externo, com a finalidade de abastecê-lo com minério de ferro. Em 1970, a empresa era a principal exportadora de matéria-prima do país, quando a maior parte do minério era levada para Alemanha e Japão.

Em maio de 1997, a então Vale do Rio Doce, por interesses do governo da época, chefiada por Fernando Henrique Cardoso, foi privatizada (COELHO, 2014). Logo após a privatização, ainda conforme Coelho (2014, p. 18), “[...] a COPPE/UFRJ criou o Grupo de Assessoramentos Técnicos (GAT), com o objetivo de revisar os processos de privatização e encontrar possíveis irregularidades”.

Conforme Malheiro (2019, p. 178), a Vale S.A. compõe sua produção de ferro, no Brasil, dividida por região, sendo que os sistemas são definidos não só por minas, mas por um grupo logístico que pertence às minas e aos comércios externos. Desse modo, os sistemas de operação mineral da Vale são divididos em quatro e “cada sistema possui uma logística de escoamento, compondo, portanto, quatro unidades metabólicas para a empresa” (MALHEIRO, 2019, p. 178).

O sistema Norte compreende a produção de Carajás com expressão de três projetos de extração, as minas do setor norte da serra dos Carajás, com os projetos de exploração das minas N4 e N5, a mina explorada do setor leste, pelo projeto Serra Leste, e a mina explorada do setor sul, S11D [...]; o sistema Sudeste compreende as minas de Itabira, Minas Centrais e Mariana; o sistema Sul compreende as minas de Paraopeba, Vargem Grande e Minas Itabirito; e o sistema Centro-Oeste compreende as minas de Urucum e Corumbá (VALE, 2017 *apud* MALHEIRO, 2019, p. 178).

A região de Carajás corresponde ao sistema Norte e é representada no mapa seguinte:



Mapa 1 – A Serra dos Carajás (sistema Norte) dividida em áreas de concentração por direitos minerários.
Fonte: VALE (2014) *apud* MALHEIRO (2019, p. 179).

A despeito das ações atuais da Vale S.A., o *Relatório de Insustentabilidade 2015*, produzido por uma associação de pessoas atingidas pela empresa, ressalta:

Empresa privada, de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, a Vale S.A. é a maior mineradora do Brasil e a terceira companhia na indústria global de mineração de metais. Líder mundial na produção de minério de ferro e segunda maior produtora de níquel. A Vale destaca-se ainda na produção de manganês, cobre, carvão, pelotas, ferroligas e alguns fertilizantes. Presente em 27 países dos cinco continentes e em 13 estados brasileiros, além do Distrito Federal, esta multinacional atua a partir de uma cadeia integrada entre mineração, logística (transporte do minério através de ferrovias aos portos), energia (produção para suprir a sua própria demanda energética, que é enorme) e siderurgia (processo de transformação do minério de ferro em aço). Cada etapa desta cadeia causa severos impactos sociais e ambientais que precisam ser analisados de forma integrada e articulada (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2015b, p. 13).

No ano de 2010, o comércio extrativo de minério de ferro aparece com uma intensa recuperação da baixa temporada provocada pela crise mundial de 2008/2009. A produção chegou a 372 milhões de toneladas, o que comprova um acréscimo de 24,5% em relação aos anos anteriores. Nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pará, empresas nas quais a Vale tem controle na produção e extração do ferro (Minerações Brasileiras Reunidas S/A – MBR e Samarco Mineração S/A, ambas em Minas Gerais) aparecem como responsáveis por 83,4% da produtividade (COELHO, 2014, p. 20).

Entre os projetos progressistas de governos autocratas, o Programa Grande Carajás provocou e segue provocando grandes sequelas na Amazônia Oriental, sobretudo no Maranhão e no Pará. Sobre essa lógica de produção e destruição dos bens naturais, Mészáros (2011, p. 613) destaca:

A produção ou é conscientemente controlada pelos produtores associados a serviço de suas necessidades, ou os controla impondo a eles seus próprios imperativos estruturais como premissas da prática social das quais não se pode escapar. Portanto, apenas a *autorrealização* por meio da *riqueza de produção* (e não pela *produção de riqueza* alienante e reificada), como a finalidade da atividade-vital dos indivíduos sociais, pode oferecer uma alternativa viável à cega espontaneidade autorreprodutiva do capital e suas consequências destrutivas. Isto significa a produção e a realização de todas as potencialidades criativas humanas, assim como a reprodução continuada das condições intelectuais e materiais de intercâmbio social (grifos do autor).

No Maranhão, com a abertura do Programa Grande Carajás e seguindo o plano na esfera do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com grande impacto tanto para a Amazônia quanto para o Nordeste, há intensificação de que os projetos vindos de grandes empreendimentos são para o desenvolvimento local. Mas, à frente desses, outros planos e concepções são formados, divulgados abertamente e, em determinadas situações, praticados. Dessa forma, abarcam acordos de governos e/ou iniciativas privadas.

2.2 IMPACTOS DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

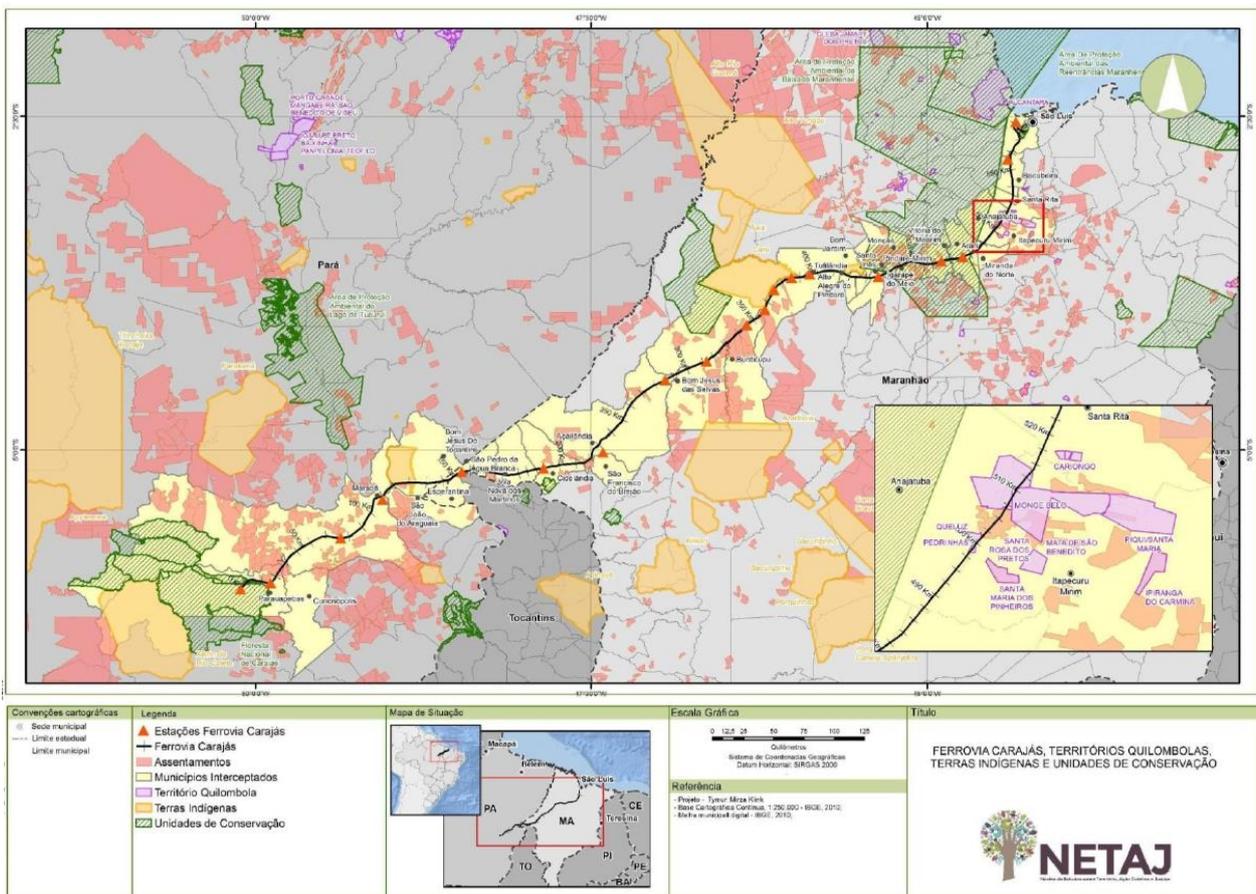
A mineração é uma atividade ativa e intensa, com saídas naturais, sobretudo no modo que explora o solo e os rios. A entrada dessa atividade nos territórios concorre, abertamente, com outras formas de uso dos recursos naturais locais e, em vários casos, coloca em precipitação formas de produção, em particular aquelas que estão absolutamente sujeitas ao meio ambiente, a exemplo da agricultura (MILANEZ *et al*, 2013).

Assim, com a chegada da mineração, a história contemporânea da Amazônia Oriental é repleta de complexidades. Quando se fala sobre o processo de ocupação inerente à região, são visíveis os vários conflitos socioambientais que se fazem presentes e as apropriações que se concentram nos recursos naturais, incluindo a terra e também a estrutura do mercado de trabalho.

O discurso do “progresso”, vindo dos grandes empreendimentos para as terras do Pará, é comprometedor, pois mantém propostas forjadas, mas também ideológicas, quando se fala em trazer benefícios para as populações tradicionais, por terem

habilidades no que respeita a projetos de dominação das relações sociais e de monopólio dos recursos naturais. Citam-se, como exemplo, as dinâmicas territoriais do Complexo Grande Carajás em terra maranhense, conforme explica Silva ([2014]).

Com sua extensão de 892 km, a EFC atravessa 23 municípios do Maranhão e 4 municípios do Pará, em plena planície amazônica, traçado disposto no sentido nordeste-sudoeste, com 24 trens que passam, diariamente, indo e voltando entre Carajás (Pará) e São Luís (Maranhão). Cada trem possui 4 km de extensão e demora, em média, 4 minutos para passar por qualquer ponto. Nos municípios do Maranhão que são cortados pela linha férrea, há 100 povoados, dentre eles ribeirinhos, camponeses, territórios quilombolas, terras indígenas, sítios arqueológicos, um mosaico de territórios formados por unidades de conservação e áreas de proteção permanente (SILVA, [2014], p. 10). Essa diversidade pode ser verificada no **Mapa 2**:



Mapa 2 – Ferrovia Carajás, territórios quilombolas, terras indígenas e unidades de conservação.
Fonte: NETAJ/UFF (s. d.) *apud* MALHEIRO (2019, p. 25).

De acordo com o exposto no mapa, os espaços agenciados pela mineração advêm sobre áreas de conservação, terras indígenas, projetos de colonização, assentamentos/acampamentos rurais e áreas urbanas. A competição pelo uso e o domínio do espaço transforma esses campos em um importante componente de pesquisa, e as

disputas pela terra e mineração, assim, estabelecem limites para os sujeitos que necessitam dela para trabalhar e projetar seu futuro.

É preciso destacar que, apesar da resistência, as mineradoras acabam conquistando um determinado público nos estados, para reforçar a autoridade do discurso como algo “construtivo”. A ação acaba por gerar confrontos entre os moradores das comunidades e cidades, sendo que estes almejam um olhar mais atento a suas lutas diárias e buscam apoio de ONGs, sindicatos e movimentos sociais para somar forças e ir contra esse modelo de desenvolvimento que não os favorece. Esse “progresso” chega como contradição, agravando, ainda mais, as mazelas que cercam a região e alimenta o imperialismo já existente na Amazônia, legitimando poderes e enriquecendo o espaço de conflito na região (CASTRO; CAMPOS, 2015).

A Região Amazônica, que ocupa mais da metade do território brasileiro, é formada por seis estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) e agrega outros três na chamada Amazônia Legal (Maranhão, Mato Grosso e Tocantins). Além dos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, em Conceição do Araguaia, Marabá, Paragominas, Redenção, São Félix do Xingu e Tucuruí, há uma relevância minerária que se sobressai em relação a outras cidades do estado do Pará. Esses municípios merecem ser analisados de modo particular, pois aglomeram uma concentração territorial em volta dos distintos lucros, quando se refere ao uso do solo.

Quando se fala em mineração na região Sul e Sudeste do Pará, há uma grande atividade adequada para a sustentação que estabiliza a balança comercial no Brasil. Exportam-se, dentre o minério de ferro, empregos e tecnologia que poderiam ser avançadas no país, como forma de garantir (entre produção, mudança e consumo) outra dinâmica na cultura econômica do país. Portanto, o crescimento da mineração aprofunda as desordens pela disputa de território que atravança o ambiente de reprodução social dos(as) agricultores(as) e de outros grupos sociais, como quilombolas e indígenas.

Na história do Brasil, esse formato tem sucedido a mineração em várias décadas e, recentemente na Amazônia, com descobertas de jazidas minerais, o começo das extrações significaria provocar ações demográficas, determinando transformações na composição de várias populações, de tal maneira a abranger composições por sexo e idade, o que ficará presente após a diminuição ou o término do processo de espoliativo da mineração (CASTRO; CAMPOS, 2015). Uma das transformações negativas para a população é a expulsão de comunidades de seus territórios, ao passo que acontece designadamente em locais onde a mineração não possibilita outras formas de desenvolvimento econômico.

Quando se coloca em abrangência, nota-se que a esfera mineral gera anexos de sequelas, sem que possua qualquer eficácia interna dos danos da deterioração ambiental por artefato das grandes mineradoras, como é o caso da região de Carajás, da mineradora Vale S.A. As cotações econômicas e sociais dos danos são analisadas a partir das “externalidades” por determinadas empresas e indústrias de mineração.

O Programa Grande Carajás tem três amplas frentes que foram consolidadas ao longo dos anos: um aglomerado de projetos minero-metalúrgicos; outras implantações agropecuárias e florestais; e outros investimentos (ferrovias, rodovias, portos e barragens). As duas figuras (**Figuras 1 e 2**) representam a duplicação da EFC e destacam um levantamento das comunidades impactadas ao longo de quase 900 km de ferrovia, desde a mina de Parauapebas, no Pará, até o estado do Maranhão, precisamente o Porto da Ponta da Madeira, cidade de São Luís.

No decorrer desses territórios do Corredor de Carajás, vivem mais de 100 comunidades somente na área de influência direta da EFC (500 m de cada margem da ferrovia). Em cinco anos de duplicação, “mais de 170 pessoas já foram alvo de processos na Justiça do Pará e do Maranhão por parte das mineradoras, além de movimentos sociais, indígenas, quilombolas, agricultores” (DOMENICI, 2017, s. p.).

Conforme entrevista ao *IHU On-Line*, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Santos (2013, s. p.) aponta que o “Plano Nacional de Mineração 2030 explicita a intenção estatal de expandir a exploração de minerais variados entre três e cinco vezes”. Tal fato ocasiona o fortalecimento do campo da mineração, direcionando os interesses de municípios e estados mineradores em acumular compensação financeira.

O fato é que são incontáveis as consequências do extrativismo mineral para os estados atingidos pela mineração, reforçando ainda mais a vinculação para um plano que abrange a economia externa. Facilita-se uma fragilidade nos balanços de ações dos acréscimos econômicos externos, e esse processo da mineração acaba desencadeando um atrelamento econômico do Brasil com outros países, por exemplo, a China.

Não obstante os lucros abrangidos e os investimentos públicos em infraestrutura, não há resposta e ações de caráter prático que, com efeito, favoreçam a população. Foi divulgado em 2015 um documento sobre a empresa Vale, que é levantado anualmente por uma instituição de atingidos e atingidas pela mineradora, a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale⁶.

⁶ O *Relatório de Insustentabilidade 2015* apresenta casos de investimentos da Vale em projetos com pendências legais, com descumprimento da legislação de preservação ao meio ambiente. O relatório destaca que, em 2012, a Vale recebeu o “Public Eye Award”, o prêmio de pior empresa do mundo (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2015b).

LEVANTES POPULARES – 2012 a 2014
O POVO REAGE AOS IMPACTOS DA DUPLICAÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO NORTE – VALE

MAPA: 01

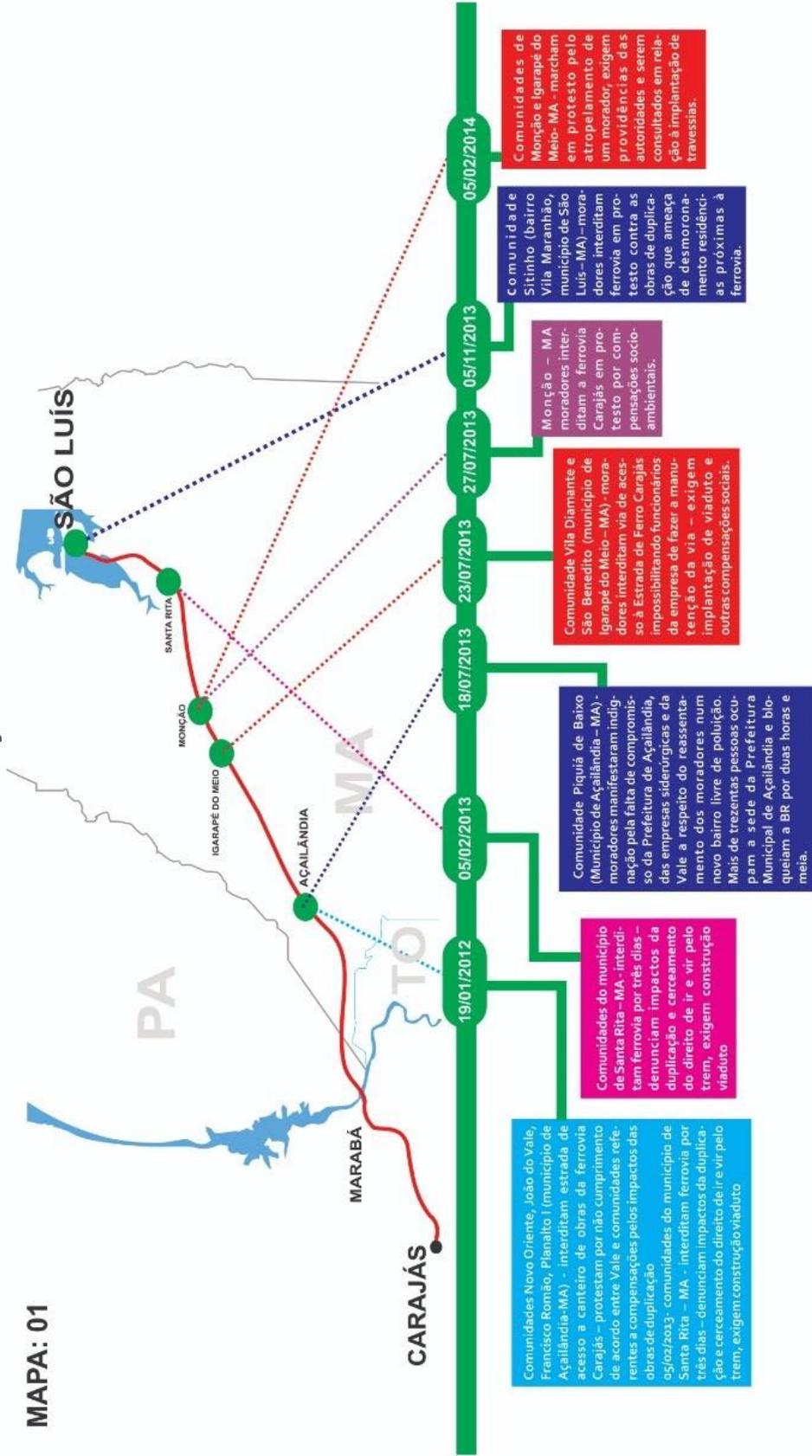


Figura 1 - Processos de resistência ao longo da EFC.
 Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHO (2015b).

LEVANTES POPULARES – 2012 a 2014
O POVO REAGE AOS IMPACTOS DA DUPLICAÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO NORTE – VALE

MAPA: 02

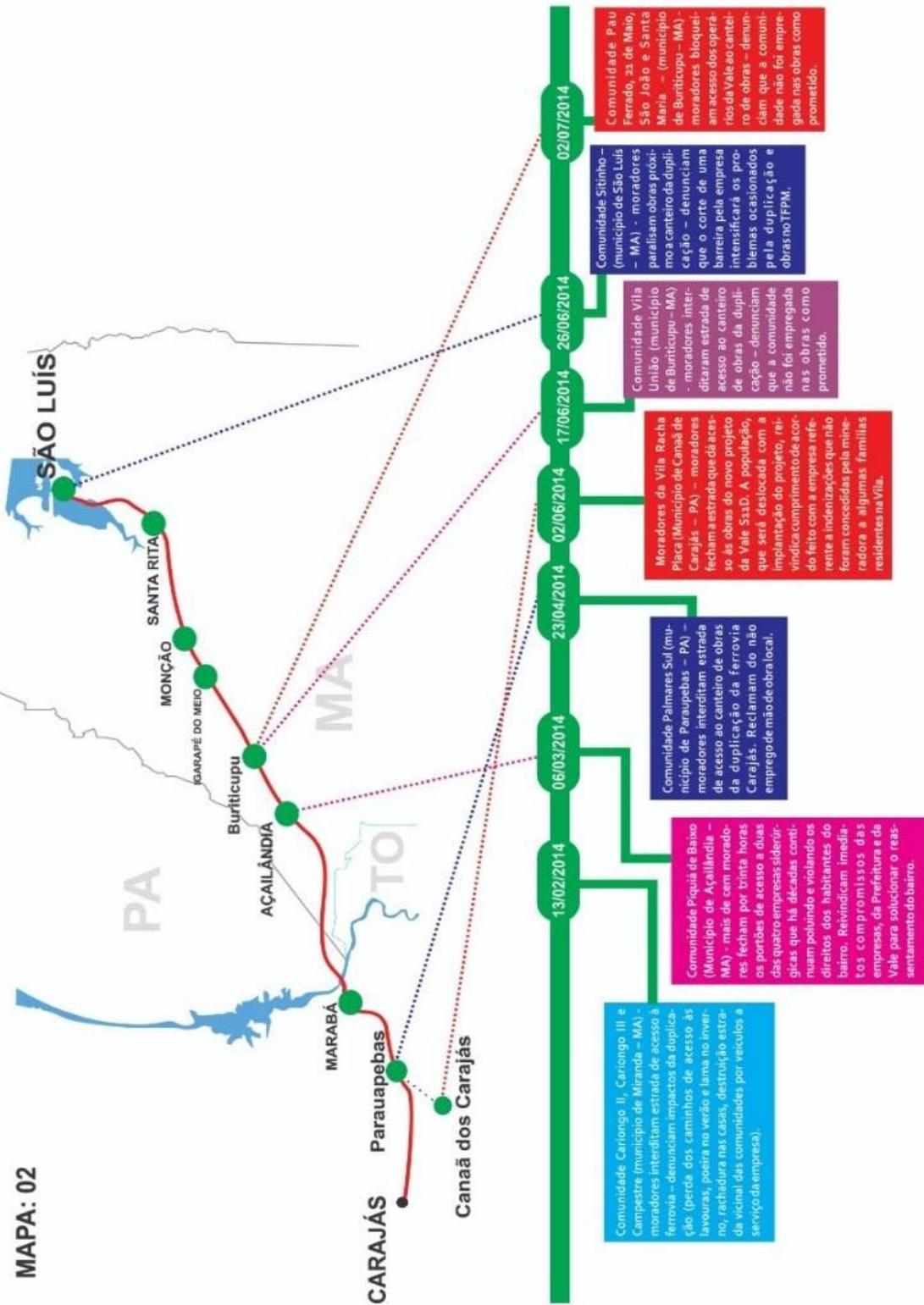


Figura 2 – Processos de resistência ao longo da EFC (continuação).
 Fonte: JUSTIÇA NOS TRILHO (2015b).

No relatório, são expostos, ainda, os múltiplos desastres vindos da Vale que se repetem ao longo de décadas. Ele traz a empresa como a maior geradora de impactos e violações de direitos humanos nas regiões onde está presente. Um dos casos que se podem destacar é de um ex-funcionário que, em março de 2013, foi ao Ministério

Público e ao Senado Federal denunciá-la por espionagem. Os elementos aparecem nas atuações de espionagem com seus funcionários, jornalistas, comunidades impactadas e instituições que denunciam as violações da empresa e seus projetos de impacto (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2015b, p. 14).

Com a EFC, os moradores dos territórios às margens da ferrovia passam por diversos problemas com suas fontes hídricas, casas rachadas, pessoas e animais atropelados, além de dificuldades de deslocamento, ferindo o direito de ir e vir. Não há fiscalização na EFC e nem nos vagões que transportam minério de ferro, pois muitas crianças e adolescentes arriscam suas vidas em viagens clandestinas (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2015a).

Outros crimes ambientais e sociais que estão presentes no *Relatório de Insustentabilidade 2015* direcionam a Vale como responsável pelas mortes de dois trabalhadores em uma de suas minas de níquel, em Sudbury (Ontário, Canadá), em 2013 (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2015b, p. 19). Além disso, o terminal marítimo Teluk Rubiah foi responsável por vários impactos nas atividades econômicas tradicionais da região, como a pesca e o turismo (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2015b, p. 29).

Com esse conjunto de desordens, uma eleição internacional organizada por ONGs e baseada na Declaração de Berna, de 1968 (PUBLIC EYE, [2016?]), intitulou a Vale como pior empresa do mundo, em 2012, fato mencionado anteriormente no relatório supracitado. Conforme Coelho (2015, p. 49), o que motivou a escolha foi, precisamente, as paralisações de trabalhadores e trabalhadoras nas minas do Canadá, a retirada violenta de moradores em Moçambique e a repressão a lideranças sindicais e a grupos indígenas na Colômbia, Peru e Nova Caledônia (arquipélago da Oceania situado na Melanésia).

Como os conflitos sociais, via de regra, não são mais resolvidos pelo uso da força, mas nas mesas de negociações, pautados por mecanismos jurisdicionais de controle, as elites políticas estimularam o surgimento de movimentos sociais a seu favor, não voltados contra o Estado mas expressão de seus interesses e das políticas que buscam implementar. São coletivos que norteiam suas concepções a partir da lógica de resultados, na qual sua obtenção depende fundamentalmente do grau de integração à máquina estatal, integração esta que se faz de forma subordinada (GOHN, 2010, p. 311).

A mobilização da sociedade civil organizada tem o objetivo de reivindicar os direitos previstos na Constituição Federal Brasileira (1988). As pessoas que vivem às margens da EFC esperam respeito e qualidade de vida enquanto seres humanos, pois esses grupos já se encontravam nessas terras antes dos grandes empreendimentos. Desse modo, a atuação da empresa Vale S.A., nesses municípios, causa graves impactos

negativos. Camponeses são ameaçados de sair de suas terras, sendo o latifúndio um inimigo constante desses pequenos agricultores, o que dificulta a subsistência humana.

3 MINERAÇÃO, CORPO E VIDA DAS MULHERES

Neste capítulo, pretende-se abordar, entre outros pontos, os danos da atividade mineradora na vida das mulheres que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Destacam-se alguns relatos das lideranças-femininas, com vistas à compreensão sobre as dificuldades que encontraram para se organizar em meio aos conflitos vindos da empresa Vale S.A. Torna-se, assim, relevante considerar as narrativas que os sujeitos fazem sobre suas experiências e os ajustes que essas narrativas sofrem ao longo do tempo, frente a outras narrativas e mesmo em outras situações.

3.1 AS VULNERABILIDADES DA MULHER NA MINERAÇÃO E SEU CONTEXTO

Na sociedade brasileira, as mulheres desempenham funções que não são valorizadas em vários setores, nem ganham destaque no mercado de trabalho, mesmo quando ocupam o mesmo cargo que um homem. A predominância do masculino sobre o feminino tornou-se comum e, em alguns momentos, foi naturalizada:

O período 1970 a 2010 foi de mudanças gigantescas. Foi uma temporalidade de lutas, assim como uma temporalidade social, política e econômica: o casamento e a família, o assalariamento das mulheres, a sexualidade, a contracepção, e também a evolução das forças produtivas (peso relativo dos setores primário, secundário e terciário), a evolução do trabalho em suas dimensões técnicas, organizacionais e hierárquicas e a evolução relacionada ao trabalho, à informatização (MORENO, 2013, p. 13).

No entanto, nas últimas décadas, a participação feminina e seu papel de protagonismo, na defesa de suas comunidades, cresceram. Mas, para que essa participação seja contínua, é preciso que:

As mulheres [participem] [...] enquanto atrizes relevantes nesses processos de resistência porque tem [sic] formas de valoração e apropriação social da natureza que diferem daquelas das empresas transnacionais e dos Estados, permeados pela lógica desenvolvimentista. Essas diferenças entre [...] valoração e apropriação sociais acabam gerando conflitos socioambientais. No entanto, para além do acesso aos recursos, os conflitos que surgem a partir das contradições geradas pela expansão das transnacionais nas comunidades também são por direitos: direito à participação, à decisão e à autodeterminação (BRITO, [2016], p. 31).

Na maioria das vezes, as contribuições, dentro de sindicatos, igrejas e outros grupos organizados nas comunidades, resumem-se em uma participação maior dos homens. A própria história exclui a iniciativa de mulheres, que, apesar das dificuldades por

conta do trabalho doméstico com a casa, filhos e marido, ainda sentem a necessidade de fazer parte do processo de organização de seus territórios (BRITO, [2016]).

Compreender a capacidade de auto-organização das mulheres, de transformar suas próprias realidades e de seu cotidiano segue sendo um amplo desafio. Quando as mulheres iniciam a construção de uma organização em seus territórios, por mais que seja algo simbólico, provocam questionamentos do processo estabelecido na sociedade onde os homens são protagonistas.

Na dissertação de Monteiro sobre a auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais do norte de Minas Gerais, na resistência à mineração, ela observa que uma “questão importante identificada durante a pesquisa é que a existência do Coletivo possibilitou a ampliação da participação das mulheres como sujeitos políticos e não apenas como coadjuvantes de seus companheiros, mas isso ainda é pouco visível” (MONTEIRO, 2016, p. 55).

Percebe-se a importância da auto-organização de mulheres em coletivos, sindicatos, pastorais de igrejas e movimentos sociais, para dar visibilidade às suas ações, que não se dão somente no âmbito do cotidiano, mas também com sua participação em atividades masculinizadas; e não apenas nas sociedades de classes, ou seja, no capitalismo, mas como um método extenso, no decorrer da história, por meio de hábitos matrimoniais, educacionais, religiosos, entre outros:

Essas mulheres que se auto-organizam em suas comunidades acabam estimulando outras que estão em processo de resistência frente às grandes empresas instaladas nos seus territórios. Observa-se assim, a importância de se organizarem e participarem de forma coletiva com seus companheiros. Isso rompe o paradigma predatório ao qual essas mulheres estão submetidas, imposto pelo sistema patriarcal – capitalista. As mulheres auto-organizadas desenvolvem coragem para enfrentar as diversas violências a que são submetidas (MONTEIRO, 2016, p. 48).

Além disso, essas mulheres quebram barreiras dentro do seu ambiente familiar. Nos espaços de formação de militantes das causas socioambientais, elas denunciam a violência doméstica e percebem que é necessário ter consciência da situação de desigualdade e opressão a que são submetidas na sociedade, passando a compreender o seu fortalecimento e, assim, a ajudar outras mulheres de sua comunidade.

Silvia Federici (2017, p. 26) faz uma abordagem do ciclo histórico do período do capitalismo, em que a economia de sustentação passa a ser uma economia monetária. A autora credita o domínio privado como fator determinante no início da divisão sexual do trabalho e na intensificação das opressões de gênero. Na opressão do percurso de trajeto do feudalismo para o capitalismo, a sujeição ao salário trouxe alguns impactos

para a sociedade, mas de forma diferenciada sexualmente. Para as mulheres, ter probabilidade de um trabalho remunerado, no contexto geral, era ainda mais complicado, pois, com salários inferiores aos dos homens, não lhes eram asseguradas condições de emancipação financeira. Ademais, na atualidade, as mulheres são desfavorecidas economicamente, situação comum especialmente nos países subdesenvolvidos, que buscam, na opressão da força de trabalho, concentração de riquezas de uma minoria, o que é conhecido como mais-valia.

O relatório da Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA Brasil) aponta que a prostituição, abrangendo a exploração sexual infantil, surge como uma das principais implicações na vida de adolescentes que viviam em áreas com a atuação da empresa Vale no Corredor de Carajás, no Pará e Maranhão (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 83-85). Para Ana de Miguel Álvarez (2012, p. 59), a prostituição não pode ser resumida a “intercambio de sexo por dinero”⁷. A filósofa a define como “una práctica por la que los varones se garantizan el acceso grupal y reglado al cuerpo de las mujeres”⁸.

A prostituição, nas obras de infraestrutura e mineração no Brasil, é histórica, uma vez que, nesses locais, assentaram-se os fluxos migratórios. Com isso, o aumento do ritmo das obras e do garimpo implica a concentração de adolescentes nas áreas de prostituição, crescentes no compasso das obras e da duplicação da Estrada de Ferro Carajás, nos estados do Pará e do Maranhão. Além disso, a garimpagem aumenta a concentração de mulheres em casas de prostituição clandestinas.

Em matéria produzida pelo Jornal *Brasil de Fato* (2011), na Vila Sansão, distante 70 km da cidade paraense de Parauapebas, são apresentados alguns casos de prostituição nos canteiros de obras da Vale S.A.:

Tâmara: Aos dezessete anos, com traços indígenas, e uma estatura de aproximadamente 1,70 m [...]. Cursa o primeiro ano do ensino fundamental à tarde e à noite faz programa numa das casas de prostituição da vila, muito frequentada por funcionários da Vale e de suas terceirizadas. “Moro na vila aqui há três anos com meus pais e meus três irmãos, primeiro viemos de uma cidadezinha pequena perto de Belém para Parauapebas, procurando emprego para o meu pai, depois disseram que era aqui que teríamos emprego e aí viemos para cá”, conta Tâmara. O pai realmente arrumou um emprego, mas não na Vale, nem em suas terceirizadas. Hoje ele retira vegetações daninhas em fazendas próximas à Vila Sansão. Já Tâmara, quase todas as noites adentra uma casa, que foi adaptada para receber homens das empresas instaladas na vila (ZONTA, 2011, s. p.).

⁷ “troca de sexo por dinheiro” (tradução nossa).

⁸ “uma prática por meio da qual é garantido aos homens o acesso grupal e reglado ao corpo das mulheres” (tradução nossa).

A prostituição presente nas áreas de mineração não se separa do que é imposto a muitas mulheres nas grandes e pequenas cidades. No caminho ilusório da aceitação na área da sexualidade, o que se consta, até hoje, é um aumento do comércio no campo da prostituição, o crescimento do conservadorismo e a agressão ao direito das mulheres de determinar sobre seus corpos (ZONTA, 2011).

3.2 MULHERES E O TRABALHO NA MINERAÇÃO

Ainda não se dispõe de muita literatura sobre a presença da mulher nos trabalhos da mineração, nem dados oficiais da história. Em relação a isso, é importante ressaltar a diferença dos trabalhos entre os homens e as mulheres, seja propriamente na atividade mineradora, seja nas empresas terceirizadas que prestam serviços ao setor mineral ou no garimpo, onde há presença cada vez maior de mulheres, embora se acredite, a princípio, ser um setor predominantemente masculino. Assim, ao pensar a mineração na vida das mulheres, importa alcançar a diversidade, para englobar tanto as trabalhadoras quanto as atingidas pela mineração e pensá-las, essencialmente, como protagonistas das resistências ao modelo de mineração.

De modo geral, a categoria de trabalho no campo da mineração, no Brasil, apresenta diversos problemas, pois envolve danos à saúde e acidentes de trabalho decorrentes de falhas na fiscalização das condições laborais. Conforme noticiado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (2015), o percentual de acidentes, no âmbito da mineração, no país, é considerado alto: 2,7 por 100 trabalhadores, de acordo com relatório técnico realizado em 2012, pela Fundacentro, entidade vinculada ao Ministério do Trabalho, e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Os riscos, na sociedade atual, principalmente no extrativismo mineral, são naturalizados, subestimados ou negligenciados (FURTADO, 2017). Assim, o trabalho, na mineração, abrange distintas categorias de riscos, com probabilidade muito alta de acidente e, dependendo do trabalho, outros problemas de saúde: dificuldades auditivas, câncer e lesões musculares, sequelas essas que constituem problema de saúde pública.

Especificamente sobre as mulheres nos trabalhos da mineração, ressalta-se que elas:

[...] são desvalorizadas profissionalmente, minoria, e as poucas que ocupam algum cargo, seja ele de recepcionista, fiscal entre outros, enfrentam a ocorrência de abusos psicológicos e sexuais, com frequência. Apesar de toda a carga que [...] carregam: mães, esposas, donas de casa e diversas outras atividades que

cumprem antes ou depois do trabalho, as cobranças, por sua vez, são feitas de igual para igual, mas o salário é diferente ao dos colegas de trabalho do sexo masculino. Além disso, há ainda vários “tabus” ou superstições machistas que sofrem, como por exemplo, “mulher na mina pode trazer má sorte”. Como se não bastasse, o trabalho na mineração é o que mais mata, mutila e gera sofrimentos mentais, dessa forma, se tratando das mulheres conseguimos enquadrar também o índice de abuso sexual altíssimo, já que a mineração consiste em um setor dominado por homens, e as poucas mulheres que conseguem adentrar, lutam pela vida diariamente. A problemática não se resume em apenas “trabalhadoras da mineração”, pelo contrário, se ampliam muito mais (SILVA, 2017, s. p., grifos da autora).

Além disso, há uma desvalorização do trabalho feminino na mineração que se revela no fato de as mulheres ocuparem funções com pouca expressividade nas empresas, sendo os cargos de maior relevância ocupados, majoritariamente, por homens, o que as deixa cada vez mais vulneráveis e suscetíveis a diversas formas de abuso.

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental (SAFFIOTI, 2013, p. 17).

Por outro lado, o desempenho e o número de mulheres trabalhando no setor mineral aumentaram. Segundo estudo do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), as mulheres na mineração possuem cargos operacionais e de serviço administrativo (*apud* ZONTA, 2016). O estudo revela, ainda, que 18% das mulheres que trabalham na mineração não têm salário. Além disso, no caso do garimpo, as mulheres exercem alguma função especialmente para ajudar os maridos.

Ainda de acordo com a matéria de Zonta (2016), muitas vezes esse trabalho nos garimpos é avaliado como análogo à escravidão, e as mulheres levam os filhos ou filhas por não terem alternativas. Essas crianças também se integram ao trabalho com a família. Desse modo, conforme o texto jornalístico, às mulheres são atribuídas funções nas minas em categorias mais precarizadas, além da violência doméstica que muitas delas sofrem pelos maridos que trabalham nas empresas, seja nos setores siderúrgicos ou na extração de minério.

Ademais, a matéria reitera a denúncia de que a extração de minério vem causando sérias dificuldades em relação à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras desse setor, bem como de comunidades vizinhas às regiões de extração. Doenças de pele, respiratórias como silicose e tuberculose, câncer, doenças mentais, mau desenvolvimento

fetal e abortos espontâneos – no caso das mulheres – são constantes. As mulheres sempre foram presentes e apresentaram papéis decisivos no processo da espoliação mineral. Tantas outras mulheres da mineração: as mães, as viúvas, esposas e filhas se submetem a qualquer tipo de emprego (ZONTA, 2016).

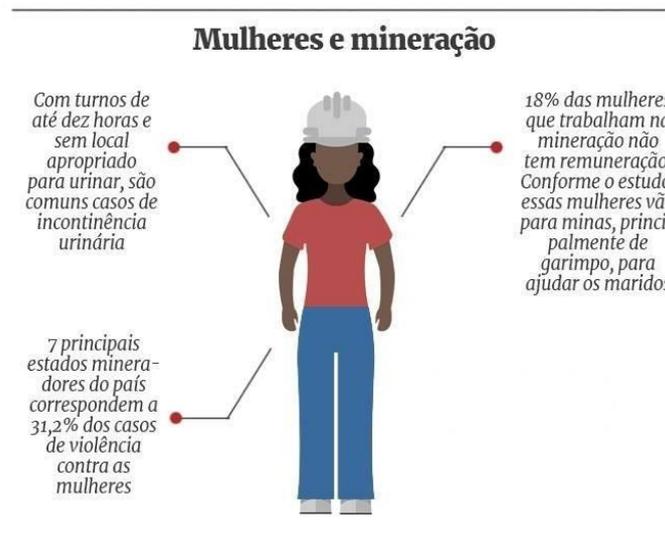


Figura 3 – Mulheres e mineração.

Fonte: CETEM (2013), MAPA DA VIOLÊNCIA (2012), SECRETARIA DA SAÚDE DE MG ([2016?]) *apud* ZONTA (2016, s. p.).

3.3 CRIMINALIZAÇÃO: RELATOS DAS LIDERANÇAS-FEMININAS

A Vale S.A. usa a criminalização para desarticular as pessoas mais engajadas em protestar contra os impactos da empresa. As estruturas jurídicas empregadas pela empresa não procuram, essencialmente, a sua validade, mas a sua segurança operacional. Se a interrupção for provocada por interdições conexas a conflitos sociais, diferentes dispositivos (Relações com alguns territórios, Segurança Empresarial, Jurídico e Comunicação) são acionados, em acordo com o Plano de Atendimento à Interdição Ferroviária (VALE, 2018, p. 130).

Em vários casos, o aparelho jurídico de interdito proibitório é usado ao longo da EFC, para prevenir as ocupações e evitar danos econômicos. No percurso do processo de duplicação da ferrovia, cerca de 170 pessoas, entre lideranças de movimentos sociais, indígenas, quilombolas e agricultores, tornaram-se alvos de processos da mineradora na Justiça, entre os anos de 2013 e 2017. Segundo dados da Agência Pública, nesse período, a Vale usou o interdito proibitório em 25 casos (DOMENICI, 2017).

Além disso, há diversos casos de criminalização de militantes, como as entrevistadas Margarida, Machado e Maria, processadas criminalmente pela Vale por terem

bloqueado a ferrovia em um protesto, no qual suas comunidades exigiam a construção de uma passarela, além de haver pendências com titulação de terra. Assim, é possível notar que são muitos os conflitos resultantes das lutas por direitos das mulheres que vivem em territórios onde estão presentes os grandes empreendimentos.

Apesar dos deságios e tensões provocadas, os enfrentamentos travados pelas lideranças têm gerado transformações positivas nos seus territórios. Na contramão, nos últimos anos, são inúmeras as violações que ameaçam as formas de mobilização dos movimentos sociais, por se contraporem às desigualdades impostas pelo sistema capitalista, especialmente a criminalização protagonizada pelo Estado conservador com a contribuição da grande mídia.

Os principais atingidos e atingidas por esses ataques são as ONGs e os movimentos sociais, na maioria das vezes direcionados aos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, representante de sindicatos e lideranças de comunidades tradicionais: quilombolas, pescadores(as) e lideranças indígenas. Conforme publicação do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA):

Os movimentos sociais vêm cumprindo um papel importante na luta pela democratização do país e pela efetivação dos direitos humanos. No entanto, a criminalização (ação muitas vezes articulada entre o Poder Judiciário, o Ministério Público, representantes do poder político - especialmente parlamentares - e econômico) só vem prejudicar essa importante atuação. Alexandre Ciconello, advogado e assessor de Direitos Humanos e Políticas Públicas do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), diz que uma nova estratégia do Estado para fortalecer a criminalização é buscar sufocar as fontes de financiamento das organizações e movimentos (CFEMEA, 2009, p. 6-7).

O conservadorismo intensifica suas forças e utiliza de artifícios legais do Estado para reprimir e desorganizar as lutas sociais, e um dos principais instrumentos que fortalece a repressão contra as organizações é a mídia conservadora, que amplia uma ideologia de que a maioria das lutas por direitos ambientais e sociais configura uma “ameaça a valores da sociedade, como tranqüilidade, paz e segurança, o que contribui para que a própria população entenda como criminosa aquela luta social” (CFEMEA, 2009, p. 7). Sob esse enfoque, Scott (1992, p. 77-78) afirma que os historiadores têm um olhar parcial e inacabado do passado. Ela discute a precedência que é dada ao “homem e sua história” em aversão à “mulher e sua história”, como uma contida configuração de divisão social.

Com o passar dos anos, depois de reivindicar espaços e lugar de fala em sindicatos, ONGs, movimentos sociais e dentro das próprias comunidades, as mulheres ainda atraem olhares do conservadorismo do Estado e, principalmente, dos grandes

empreendimentos. Sobre isso, a pescadora Margarida, moradora da comunidade Sítio do Meio Dois, localizada na cidade de Santa Rita (Maranhão), diz:

Tenho 33 anos, sou pescadora e moro na comunidade Sítio do Meio Dois, uma comunidade impactada pela empresa Vale com o Corredor de Carajás. Tem uma linha de ferro onde o trem passa para levar o minério de ferro para o Porto de Itaqui, em São Luís. Vem de Parauapebas, no estado do Pará, deixar no Porto de Itaqui. Desde que a estrada de ferro foi instalada, a gente vem sofrendo esse processo de impacto, tanto no modo de vida como também na questão do meio ambiente. A primeira reunião que participei com a Vale foi em 2006. Desde 2006, a comunidade de Outeiro dos Pires já pedia o viaduto. A gente não tinha uma passagem segura. Já pediam para eles sinalizar [sic] melhor a Estrada de Ferro Carajás, já pediam para eles diminuir [sic] mais a zoadada da buzina do trem, que incomodava muito as crianças e os idosos, e eles sempre se negaram [a] estar fazendo esses pedidos. E sempre tinha aquela história da compensação, as mitigações nunca fizeram. A gente nunca teve, de fato, um projeto que viesse mesmo da forma que a comunidade queria. Sempre eles vinham com alguma pauta pronta. Já vinham até, às vezes, com um documento pronto para as pessoas assinar [sic]. Aquilo começou a incomodar, e começamos a dizer que as coisas não tinham que ser assim⁹.

É presente, nessa fala de Margarida, o seu incômodo pela forma que a empresa Vale conduzia as reuniões e tomadas de decisões, sem consultar ou dialogar de forma honesta com as comunidades Sítio do Meio Dois e Outeiro do Pires. Mas, depois de muita insistência, o diálogo com a mineradora aconteceu. As comunidades da cidade de Santa Rita, que fica próxima a linha férrea da Vale, começaram a se organizar. As mulheres também foram ocupando as salas de reuniões, dividindo-se entre uma fala e outra, com os cuidados com as crianças, as quais, na maioria das reuniões, estavam presentes no mesmo ambiente.

É importante deixar evidente que as mulheres, tanto no campo quanto na cidade, mobilizam-se não necessariamente em movimento sociais, mas também em grupos que muitas vezes são apoiados por ONGs, sindicatos e movimentos sociais. “A participação é um indicador de liberdades democráticas, de equidade nas decisões, e também um elemento decisivo na potenciação dos esforços produtivos” (FOLADORI, 2002, p. 110).

A fala de Maria, 50 anos, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e moradora do assentamento João do Vale, município de Açailândia (Maranhão), expressa outro ponto:

O assentamento João do Vale fica no corredor da ferrovia Carajás, na estrada da Sunil. Fica [a] 57 quilômetros da cidade de Açailândia. Em 2012, a Vale começou a fazer a duplicação da ferrovia e apresentou-se à comunidade para fazer algumas negociações em benefícios de investimentos sociais e em volta disso. A gente fez algumas negociações que não foram cumpridas. Toda essa negociação que foram apresentadas pela Vale [sic], inclusive que não foram cumpridas, iniciaram no final de 2011. No dia 19 de janeiro de 2012, a gente reuniu as comunidades de Francisco

⁹ Entrevista concedida por Margarida, em 08/02/2019, em Santa Rita (Maranhão).

Romão [e] João do Vale, e fizemos uma ocupação da estrada do Novo Oriente. [Era] a empresa Odebrecht que estava fazendo a duplicação da Estrada de Ferro Carajás da empresa Vale. A Vale entrou com uma denúncia contra nós do assentamento Francisco Romão e João do Vale. Por conta dessas denúncias, foram processadas duas mulheres. Uma denúncia falsa, dizendo que a gente estava ocupando era a ferrovia, e isso não foi justificado. A gente teve a visita de um perito da Justiça Federal e não justificou isso que tínhamos ocupado a ferrovia, não coincidia nada com [a] denúncia que foi relatada pela Vale¹⁰.

No relato de Maria, compreende-se a criminalização dessas lideranças-femininas, que há tentativa de deslegitimar o sujeito político e suas lutas, com base em repressões, conversas com tom de ameaças e medo. A criminalização daquelas que defendem seus territórios, questionando o modelo de desenvolvimento imposto nas comunidades, é mais uma tentativa para enfraquecer mulheres, fragilizando a posição delas em seus territórios. Maria relata como acontece essa desmobilização das comunidades na sua região:

Os moradores não têm muito vínculo com a Vale, só as lideranças mesmo, quando a empresa precisa. Aliás, eles só procuram nós [sic] quando têm algum interesse deles para se beneficiar de alguma coisa. No caso, quando era para fazer essa expansão da ferrovia, a Vale precisava ter uma licença ambiental, e essa licença não era expedida por aqui, e sim em Brasília. A empresa tinha que apresentar um relatório do meio ambiente, para poder tirar essa licença. Faziam o possível para se comunicar mais rápido com a gente e buscar uma forma de produzir mais rápido aquele relatório, para facilitar a licença ambiental deles, e que essa licença também era liberado [sic] por trecho da ferrovia. Quando liberava aquele trecho, podia continuar a obra. A Vale está presente em nossos territórios, mexe um pouco na organização do assentamento. Com essa obra da duplicação, a Vale ficou mais ligada ao outro assentamento, Francisco Romão, além da comunidade João do Vale. A gente fazia todos os planejamentos de propostas juntos e discutiam [sic] de forma coletiva. Depois a empresa passou a fazer essa negociação separada. Acabou beneficiando mais uma comunidade do que a outra, até porque eles já não queriam beneficiar nós [sic] dizendo que estávamos mais distante [sic] da ferrovia. A nossa distância da ferrovia é 3 km¹¹.

Esse contexto apresenta a forma que o Capital e o Estado se movem conjuntamente, favorecendo determinadas empresas, grupos ou esferas econômicas, harmonizando inúmeros fatores que, com o tempo, aparecem favoráveis à conquista de seus objetivos. O Programa Grande Carajás se manifesta como mais um componente para o fortalecimento das desigualdades nas regiões em que permanece, entendendo-se que a mineração, em sua atividade principal na busca do lucro, configura o subdesenvolvimento, ao agrupar-se à ideologia de um mercado mais acessível.

Os relatos das lideranças-femininas estão interligados quando o assunto é a criminalização de moradores das comunidades. É possível notar, na conversa com a

¹⁰ Entrevista concedida por Maria, em 26/11/2019, em Açailândia (Maranhão).

¹¹ Entrevista concedida por Maria, em 26/11/2019, em Açailândia (Maranhão).

quilombola Machado, 52 anos, as diversas formas de intimidações que sua comunidade sentiu, vivenciou e vivencia com o modelo predatório do capital mineral da mineradora Vale S.A.:

A gente passou por um processo de tanta “porta na cara”, palavras malditas de intimidação... Aí resultou no pior: processo. Aqui em Santa Rosa, tem umas pessoas [sic] respondendo por processo. Segundo a Vale, tem eu e mais três pessoas, uma questão em Monge Belo [quilombo], e lá tem mais três pessoas sendo processadas, então são seis pessoas. Então a gente passa por isso aí com a Vale, com essa que não vale nada. Consigo nem falar essa palavra bem. Não vale nada porque cada hora que passa a gente é vendo as destruições que ela vem fazendo ao nosso povo. Agora dizer muitas portas na cara, muitas palavras opressoras do oprimido que o opressor faz de maltrato. Nós não nascemos para ser maltratado [sic] com palavras, isso acaba com qualquer pessoa¹².

Como reiterado por Machado, a Vale trouxe, com sua demanda de desenvolvimento, a criminalização de lideranças-femininas no Corredor de Carajás.

Sobre a titulação da terra de Santa Rosa dos Pretos, eu e outras pessoas da comunidade fomos ao Ministério Público Federal. Ficava só nas conversas e mentiras do INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], porque são tudo umas pessoas incompetentes. Sabemos disso, e provo isso com as falas deles. Depois que criaram principalmente o setor para atender as comunidades, disseram também que era para responder pelos quilombolas. Quase todo mês, eles mudam de funcionário que visita as comunidades. Quando a gente leva o problema, eles dizem que ainda têm que aprender. Não é o órgão em si, é o corpo docente do INCRA que são incompetentes e não têm responsabilidade [sic] sobre a regularização fundiária. Eles usam nós [sic] como laboratório e ganham seu dinheiro no final do mês. Tudo que acontece, as vistorias nos territórios quem faz é a gente. Ainda pontua: em tal lugar tá acontecendo isso, até as denúncias. Os funcionários do INCRA não se deslocam para fazer essas vistorias. Depois, mais tarde, fomos descobrir, porque a gente tinha em mente que o entrave maior era com os fazendeiros para ter a titulação da terra. Mas era esse dragão, essa besta fera da Vale que estava contestando. Agora dizer para Vale, dizer para essas grandes empresas que nós somos quilombolas é complicado, porque eles alegam que não somos. Além de dizer que somos, temos que dizer o que queremos, porque sabe da necessidade é quem passa, mas uma coisa nós temos, o respeito do cuidar¹³.

No atual processo de inserção de novas áreas de mineração, concretizam-se, ainda mais, os impactos diretos e indiretos, estes que são os mais difíceis de ser avaliados e que necessitam ser elementos de novos estudos. Segundo Smith *et al* (1995, p. 45), as políticas públicas que estimulam a abertura dos megaprojetos passam pelas mesmas características dos processos colonizadores e se fixam nos arredores de comunidades no interior da Amazônia, garantindo a assistência de ricos espaços minerais

¹² Entrevista concedida por Machado, em 10/02/2019, na comunidade Santa Rosa dos Pretos, município de Itapecuru-Mirim (Maranhão).

¹³ Entrevista concedida por Machado, em 10/02/2019, na comunidade Santa Rosa dos Pretos, município de Itapecuru-Mirim (Maranhão).

estratégicos. A quilombola Machado conclui o relato sobre o difícil processo para a comunidade Santa Rosa dos Pretos obter a titulação do território:

As pessoas tinham muito na mente os fazendeiros e as empresas, que adentravam com outra cara do “engano de boazinha” que ia trazer empregos e tantas outras coisas, e as pessoas, por viverem na situação de miséria empregatícia, renderam muitas pessoas, acreditaram. Querendo ou não, funciona um processo do ser humano até hoje que nem tudo ele faz pela razão. A gente olha essas mazelas que estão aí, de gestão de governos, nada mais é acreditar, e a gente ainda confia neles, nessa bandidagem, porque a gente quer um mundo melhor, então confiam, eles mentem.

A gente era sempre negada no processo. Ia semana toda pro INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] e nada se resolvia. A coisa travando e nós não sabíamos o que fazer. Vendo essa situação, a gente conseguiu estreitar uma conversa. Quem levou nós [sic] até o Ministério Público foi uma pessoa que não tinha nada a ver com processo, um superintendente da Polícia Rodoviária Federal. O INCRA mandou nós ir [sic] pra casa dormir. Ele fez isso comigo [...], com meu pai João e outras duas pessoas, José e Alfredo. Mandou a gente ir dormir e eu fiquei bem agoniada¹⁴.

Os relatos de Margarida, Maria e Machado, que falam sobre a criminalização após a vinda da empresa Vale, sinalizam um misto de sentimentos e revoltas nas lideranças-femininas. É perceptível que não se trata de uma narrativa pronta das mulheres, pois mostram suas autênticas atuações frente às violações da mineradora. As memórias das mulheres que vivenciam (ou vivenciaram) situações de contradições, tragédias socioambientais com eminência de novos desastres, perseguições e ameaças a integridades físicas, também são atingidas por um sistema misógino, mas demonstra a resistência de um grupo social: mulheres amazônicas de populações tradicionais.

3.4 LIDERANÇAS-FEMININAS, ÁGUA E FOLHA DA AMAZÔNIA

Falar de defesa da Amazônia é também falar da luta das mulheres de comunidades tradicionais que defendem seus territórios. São elas que enfrentam, nos seus cotidianos, as ameaças trazidas pelo desmatamento, pelas instalações de megaprojetos. São mulheres que muitas vezes não têm uma formação de base organizada por instituições e movimentos sociais, que estão envolvidas individualmente ou nos seus próprios coletivos auto-organizados em seus territórios. Desse modo, com aparição mais visível das mulheres nos espaços, o significado de liderança tem passado por algumas modificações, no decorrer dos anos – isso devido ao ambiente cultural, social, ambiental, como também pela

¹⁴ Entrevista concedida por Machado, em 10/02/2019, na comunidade Santa Rosa dos Pretos, município de Itapecuru-Mirim (Maranhão).

real necessidade dessas lideranças-femininas reivindicarem seus lugares e mostrarem suas vozes.

A construção dessa mulher liderança é particular, pela sua própria vivência, em uma região onde são exigidas outras formas de articulações para lidar com dilemas e conflitos que perpassam suas comunidades. Apesar das conquistas que essas mulheres obtiveram, os olhares sobre a sua competência ainda é de desconfiança, pois, na maioria dos casos, existe uma tentativa constante de intimidações por meio da sociedade acostumada a ter como liderança os homens, que “mereciam” estar naquele cargo ou função devido a ter mais tempo livre, por não ter outras obrigações mais urgentes, além de seu trabalho.

O cuidado com a casa e filhos, e às vezes funções fora de casa também, caracteriza as mulheres das comunidades. Tais atividades as limitam de participar dos espaços de reuniões, manifestações e decisões importantes para a comunidade. Como estratégia de sobrevivência nesse espaço de fronteira, as mulheres, aos poucos, foram construindo, coletivamente, um jeito de expor e organizar debates diferentes dos de seus companheiros.

Na procura pela compreensão desses entraves, lançam-se luzes sobre os motivos que levam essas mulheres a permanecer resistindo aos intensos conflitos que os grandes empreendimentos, no caso a empresa Vale, provocam. Inegavelmente, essa relação traz mudanças na vida dessas mulheres, que se veem obrigadas a reagir e mostrar sua determinação, para se manifestar e não aceitar as mudanças negativas trazidas pela mineradora.

Infelizmente, trata-se de um contexto social ainda marcado por ideologias machistas que potencializam o silêncio de inúmeras mulheres amazônicas, acarretando a sua invisibilidade diante dos domínios econômicos, políticos e educativos. Assim, a interpretação delas sobre o ser mulher, nesses ambientes de conflitos, tornou-se fundamental para a compreensão de seus papeis, em múltiplas esferas sociais, a exemplo de Margarida, que relata a presença da EFC em sua comunidade:

Sempre aquela linha de ferro incomodou, porque tinha que ficar esperando o trem passar para poder atravessar, porque ali o nosso sistema sempre foi duplicado. Era um local que o trem parava para o outro poder passar, e aquilo sempre nos incomodou. Quando eu cheguei em Sítio do Meio Dois para morar, já se havia conversas da empresa com as comunidades. Na outra comunidade, no Sítio do Meio, tinha uma associação que não era “assim muito atuante” o presidente. As pessoas começaram se incomodar com essa situação. A empresa conversava mais com as pessoas do Outeiro dos Pires e da Vaca Morta. Nunca conversava com a gente do Sítio do Meio Dois, não nos consideravam impactados. Porque fica mais distante, mas eles sabem também que somos impactados. Esperávamos o trem passar para liberar nossa saída e entrada da comunidade do mesmo jeito das outras

comunidades que a Vale considerava impactada. O ruído do trem vai até a última comunidade, que é a comunidade Ilha Grande¹⁵.

A fala de Margarida exprime uma reação de incômodo em relação à mineradora, que não olha para as comunidades. Em outras palavras, não se pode ser inflexível no sentido de pensar que a mulher sempre se verá como um sujeito passivo no meio social em que vive. Ao contrário deste fatalismo, existem possibilidades, que são condensadas no relato de Margarida, com a sua marcante frase: “Acabou que, para levar uma Margarida, tinha que levar todas”. Essa fala expressa a valorização da luta dessas mulheres. Para Freire (1981, p. 44), na relação entre opressores e oprimidos, estes últimos podem apresentar mecanismos de resistência à opressão a que são submetidas.

Na Região Amazônica, as mulheres que são lideranças nesse espaço de fronteira têm se desafiado constantemente, lidando com problemas que, do ponto de vista masculino, podem parecer fáceis de resolver. Ao se organizarem para participar das atividades em seus territórios ou territórios vizinhos, elas precisam também se organizar de acordo com as “obrigações da família”, dividindo-se entre suas crianças, afazeres domésticos e, às vezes, trabalhos fora de casa.

Segundo Chauí (2002, p. 30), o direito de cada pessoa é ajustado pela competência de exercê-lo. Contudo, esse direito poucas vezes se concretiza. Como mostram os relatos, as lideranças-femininas sentem-se constrangidas e impedidas pelo medo, porque há momentos em que não sabem em quem depositar confiança. Isso se dá devido às várias formas de violência traumáticas que atingem a vida dessas mulheres.

Outra dificuldade corriqueira delas é a logística com o tempo, a preocupação do horário e a volta para casa sozinha no período da noite. É uma situação que os homens não assimilam, sobre a qual podem até mesmo não ser tão conscientes. Há um medo de ser mulher, nesse momento, ao ponto de elas se organizarem em grupos, depois da atividade, com outras companheiras, para voltarem juntas para casa.

Em algumas comunidades, é corrente o marido permitir que a esposa participe da atividade na comunidade apenas se ir com outra mulher que ele conheça e tenha também confiança, limitando essas sujeitas e enfraquecendo sua vontade de participar de espaços e protagonizá-los. Essa questão é perceptível no relato da liderança Liz, 38 anos, moradora do assentamento América Santana, em Canaã dos Carajás (Pará). Liz estava participando do “I Encontro de Mulheres que Moram em Região de Mineração”, que acontecia no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás.

¹⁵ Entrevista concedida por Margarida, em 08/02/2019, em Santa Rita (Maranhão).

Se fosse pelo meu marido, eu não estaria hoje aqui nesse encontro. Porque ele é muito machista, tem 21 anos que moro com ele, mas ele é machista. Quando ele chega em casa do trabalho, pergunta para meu filho: “Cadê tua mãe, menino?”, e meu filho responde que estou na sede, produzindo sabonetes. Ele sempre fala que não sabe o que eu tanto faço nessa sede, porque ele diz não ver resultado, aí eu falo que não é pra ele ver não, deixar só eu ver¹⁶.

É nesse sentido que as lideranças-femininas organizam, de forma muito adequada, seu lado independente, ou seja, definem suas próprias prioridades com respeito à estrutura da atividade que irão participar. Os dilemas que mulheres de variadas nacionalidades, condições sociais e culturais enfrentam são seus próprios artifícios de combate, especialmente em regiões periféricas como a América Latina. No Brasil, os diálogos potencializam-se para a Região Amazônica, marcada pela sua intensa sociodiversidade, devido a uma imensa heterogeneidade de saberes, costumes e crenças, que passa por constantes ameaças das políticas neoliberais excludentes, culpadas por gerar ações de conflitos, a exemplo da discriminação de gênero.

Essas mulheres, que passam por processos de silenciamento de sua voz na Região Amazônica, tentam quebrar esse paradigma de subordinação às ideologias machistas. Em outras palavras, fragmentam suas ações, pensando no modelo de vida melhor para suas companheiras e companheiros, tentando preservar suas identidades em meio às mutilações do modelo de desenvolvimento que a empresa Vale impõe em seus territórios.

Apesar desses entraves, essas mães, filhas, esposas e avós não deixam de almejar conquistas e reivindicar por uma vida mais justa, provida de direitos urgentes, carregada de respeito e reconhecimento. São conquistas que brotam a passos lentos, mas sistemáticos, os quais procuram dar início, por meio do eco de suas vozes, na região de Carajás.

3.5 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA-FEMININA

São nos territórios que se dão a disputa ambiental e as lutas para determinar a preservação e as condições para que se tenha uma qualidade de vida nas comunidades. Nessa perspectiva, as mulheres representam um repertório das estratégias de resistência das comunidades na região de Carajás. Foi um dispositivo que acenou como saídas para outras mulheres, saídas que podem ser vistas como questões de

¹⁶ Entrevista concedida por Liz, em 23/11/2019, em Canaã dos Carajás (Pará).

sobrevivência, promovendo valores de cooperação, conexão, afeto e o compartilhamento de poder, em vez de competitividade, individualismo e autoritarismo.

Um dos principais obstáculos, ao se estudar as mulheres que denunciam os impactos da mineração, dentro e fora dos territórios, é que esse setor é normalmente percebido como masculino e, portanto, na percepção e na memória coletiva, a mulher não esteve presente, por vários anos, nessas formas de se organizar, para assim organizar também suas comunidades. Mas, na verdade, elas foram apagadas ou invisibilizadas nessas questões. As mulheres estiveram presentes como sujeitas importantes na história da exploração mineral. Neste trabalho, serão desenterradas histórias de mulher quilombola, pescadora e assentada.

Voltando à metodologia da pesquisa, ela apresenta essas mulheres como protagonistas de suas lutas, quando relatam as suas histórias, buscam resgatar a memória fazendo com que o dizer, o contar seja uma arte do fazer, do frutificar e do modificar a realidade. É presente nas narrativas a contribuição para reviver experiências, mesmo que difíceis, e poder continuá-las, compartilhar os incidentes de percurso, sensibilizar com os acontecimentos da comunidade e construir relações baseadas na confiança e na solidariedade.

O objetivo da pesquisa é de relatar a trajetória dessas mulheres e suas diversas formas de resistir aos processos de violações da empresa Vale S.A., especificamente as violações permanentes no Corredor de Carajás. As mulheres se fortalecem e acreditam em possíveis mudanças, como já ocorreu quando elas ganharam vozes em seus territórios. Ao ter voz, essas lideranças-femininas encontram pluralidade em suas vivências, ressignificando a experiência de vitimização e vulnerabilidade. Percebe-se que, por meio delas, foi possível mobilizar seus territórios para enfrentar as violências dentro das comunidades próximas à EFC, no sentido expresso por Comelli:

A partir de la acción colectiva, de su experiencia de resistencia, las mujeres se desplazan del lugar asignado por el *sistema capitalista / colonial / patriarcal / racista* (Grosfogel, 2006) y se dotan de un lugar y de una voz propia, constituyéndose como sujetos políticos. Del lugar de hijas, esposas, madres o hermanas comienzan a identificarse como asambleístas o autoconvocadas¹⁷ (COMELLI, 2010, p. 18, grifos da autora).

¹⁷ “A partir da ação coletiva, de sua experiência de resistência, as mulheres se deslocam do local designado pelo sistema *capitalista / colonial / patriarcal / racista* (GROSFOGEL, 2006) e se dotam de um lugar e uma voz próprios, constituindo-se como sujeitos políticos. Do lugar de filhas, esposas, mães ou irmãs, elas começam a se identificar como membros da assembleia ou autoconvocadas” (tradução nossa).

As mulheres estabelecem uma conexão com a terra, reflexão coletiva, fortalecendo toda a comunidade. Para entender o processo vivido pelas mulheres, utilizando as ferramentas das narrativas, também se buscou inspiração no método de história oral. Para Guattari (1992) e Rolnik (1989), o método torna possível entender a realidade, “apreender a subjetividade em sua dimensão de criatividade, na qual pesquisador e pesquisado formam uma unidade a partir do desejo e da implicação e na qual o pesquisador deixa-se invadir pelas intensidades e pelos afetos que essas paisagens lhe provocam” (*apud* MENEGHEL; FARINA; RAMÃO, 2005, p. 573). Assim, o(a) pesquisador(a) incorpora todos os elementos que possam interessar na composição da história, tendo como referência o paradigma ético-estético que aponta essas narrativas como um dispositivo potente de transformação e criação.

Entende-se, conforme Spink (2010, p. 64), que esse modo de análise determina certo cuidado, porque, caso se utilize um procedimento onde se separa do enunciado original, conduz-se para um lado de descaminho de seu significado mais completo. Logo, é importante ter cuidado com todos os objetivos que submergem o cultivo dessas narrativas. Prioriza-se que o objetivo não é de encontrar repostas certas, mas refletir a direção mais relevante para um estudo preciso do material colhido, reunindo os assuntos que se adequam à discussão, provocando, assim, o procedimento de análise.

A análise das narrativas surge, também, a partir das próprias entrevistas, por meio de leituras frequentes do material transcrito, o qual foi proeminente para o estudo (POTTER; WETHERELL, 1987). Nas próximas seções, serão apresentadas as narrativas que as lideranças partilharam de suas vidas, experiências e conhecimentos, enriquecendo a pesquisa.

3.5.1 Primeiro relato: Margarida

A liderança Margarida, da comunidade Sítio do Meio Dois, localizada às margens da BR 135, zona rural do município de Santa Rita (MA), tem sua estrada de acesso para entrada e saída do território cortada pela EFC. Segundo os moradores, o povoado, onde atualmente moram 45 famílias, existe há mais de 50 anos. As principais atividades econômicas baseiam-se na agricultura, pesca e artesanato, sendo outras fontes de renda a aposentadoria por trabalho rural e programas sociais do Governo Federal (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2015c).

As pessoas doentes ficavam aguardando o trem da Vale passar, mas chegou a um ponto de desespero. Em 2011, 2012, morreram duas pessoas na travessia

esperando o trem passar para chegar ao hospital. Isso aí foi que indignou mais a comunidade, porque a empresa sempre fazia reuniões, sempre vinha aqueles povos [sic] das relações de comunidades, falava [sic] qualquer coisa sem uma resposta concreta, só mesmo enrolando. Quando foi em 2011, um morador representante da comunidade quilombola Retiro São João da Mata entrou com uma ação contra a empresa Vale, na Justiça Federal, reivindicando o pedido do nosso viaduto, essas coisas, porque eles apareciam mais para enrolar a comunidade, estávamos cheios daquilo¹⁸.

Esses discursos das empresas, que dizem trazer “desenvolvimento” e melhores condições de vida para as comunidades, geram construções de risco para o processo da construção social das populações. A isso bem se refere Virginia García Acosta:

Si bien la construcción social del riesgo se cristaliza y parece ser más visible en ciertos momentos a partir de determinados acontecimientos, de los planteamientos anteriores resulta evidente que los desastres y la propia construcción social del riesgo como tales son procesos. Al entenderlos y, por tanto, estudiarlos en perspectiva histórica, el énfasis no se concentra en el evento histórico aislado sino que busca identificar, como lo reitera el antropólogo Eric Wolf, los procesos que están por detrás de esos sucesos¹⁹ (GARCÍA ACOSTA, 2005, p. 19).

Em outro aspecto, as semelhanças crescem procedidas de estudos de caso, no sentido que a maioria dos desastres historicamente forçados por partes relacionadas à degradação ambiental, aumento populacional e procedimentos de urbanização são, em grande parte, vinculados ao aumento das desigualdades socioeconômicas. É nessa linha que a liderança Margarida relata os danos em seu território, assim como a empresa Vale S.A. adentra outros espaços públicos com o discurso de desenvolvimento na região:

Então foi assim, diversas coisas que fomos se indignando [sic]. A comunidade não quis mais ter reunião com a empresa Vale, começamos [a] nos mobilizar. Eu estava na articulação. Nessa época, já tinha mudado o presidente da associação do Outeiro dos Pires, assim começou novas cabeças pensantes [sic]. A gente não vai mais ficar nesse papo da empresa, vamos começar a cobrar mesmo. A Vale tinha alguns “projétilhos” para as escolas da região. Teve um ano que eles tiraram os livros didáticos dos nossos alunos e colocaram uns livros que era fornecido [sic] pela empresa, uns livros ensinando sobre o quanto a Vale traz desenvolvimento para a nossa região, ensinando que as crianças tinham que ir trabalhar na empresa. Um dia, umas das professoras perguntou para meu filho: “Quando você crescer, vai querer trabalhar na empresa, né? Você vai querer ser o que na empresa?” Aí o meu filho falou assim: “Não, tia, eu não vou querer trabalhar na empresa, não. Eu vou querer ser igual o papai e mamãe, quero trabalhar na roça e vou querer pescar igual meu pai e minha mãe. Não quero trabalhar na Vale”²⁰.

¹⁸ Entrevista concedida por Margarida, em 08/02/2019, em Santa Rita (Maranhão).

¹⁹ “Embora a construção social do risco se cristalice e pareça ser mais visível em determinados momentos, com base em determinados eventos, é evidente, pelas abordagens anteriores, que os desastres e a própria construção social do risco, como tais, são processos. Ao compreendê-los e, portanto, estudá-los em uma perspectiva histórica, a ênfase não se concentra no evento histórico isolado, mas procura identificar, como reitera o antropólogo Eric Wolf, os processos por trás desses eventos” (tradução nossa).

²⁰ Entrevista concedida por Margarida, em 08/02/2019, em Santa Rita (Maranhão).

É importante destacar essa postura de romantizar o trabalho no setor da mineração, a relação de trabalho e o descaso com trabalhadores e trabalhadoras. Conforme a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (2015a, p. 1), em parecer informado na *Carta de Ouro Preto*, esse setor continua sendo o que mais mata, mutila e enlouquece trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, vários acidentes e mortes passam “despercebidos” na mineração. O documento resume que implicações ambientais e sociais vêm crescendo aceleradamente nas últimas décadas no Brasil, no âmbito da mineração.

A partir de todos os problemas vivenciados, diariamente, pela comunidade de Margarida, a liderança-feminina explica como ocorreu a organização local, como as mulheres se inseriram e quais foram seus maiores desafios:

Quando a gente ocupou a Estrada, foi bem forte, foram nove comunidades. Tinha crianças, jovens, idosos [sic], mas a grande maioria são mulheres na frente. Passamos três dias, e isso nos fortaleceu bastante. Vimos que era preciso se unir [sic] para poder conseguir, porque a gente ocupou esses três dias e veio a polícia para poder desocupar no terceiro dia. **Inclusive até chegou perguntando por mim, queriam saber por Margarida, quem era Margarida. Aí todas as mulheres levantaram a mão: “eu sou Margarida”; a outra: “eu sou Margarida”. Acabou que depois, para levar uma Margarida, tinha que levar todas.** Quando eles vieram para levar uma pessoa para conversar com a juíza, dissemos não. Aqui são 9 comunidades, então vai 9 pessoas, cada uma representando uma comunidade. E assim foi: saíram 9 pessoas para conversar com a juíza. Ela disse que tinha que sair, senão vinha um batalhão de choque de São Luís que ia nos agredir. A Estrada de Ferro Carajás é federal, então entendíamos que o Estado não tinha competência. Muito pelo contrário, a gente tinha ação pelo Estado, tinha ação contra o IBAMA, ação contra a própria empresa Vale, e que a gente não estava sendo atendido. O que estávamos fazendo era uma reivindicação passiva. Nós queríamos nossos direitos garantido [sic] e que isso era papel da justiça fazer: com que nós tivéssemos nossos direitos garantido [sic], e a justiça não estava se importando. A gente até argumentou com ela que nunca veio nenhum juiz com a empresa para conversar com a comunidade. A juíza já foi falando para desocupar os trilhos, porque é da empresa. Ela disse que ia marcar outra reunião com a comunidade, a gente disse para ela que não, para ela não deixar marcado, porque não iríamos²¹ (grifo nosso).

A liderança-feminina também fala das conquistas que tiveram depois que os moradores se organizaram e reivindicaram a construção do viaduto, que é o acesso de entrada e saída das comunidades próximas à EFC da Vale:

Primeiro, a Vale trouxe 5 modelos de viadutos. A empresa queria colocar o viaduto perto de um igarapé, a gente que não queria. Queríamos um lugar mais distante. O representante da Vale disse que era para a gente levar os cinco mapas do viaduto para a comunidade, isso foi numa audiência. “Vocês levam os mapas para as comunidades e lá vocês escolhem aonde querem o viaduto”. Mas sabíamos que ninguém ia aceitar um viaduto que impactaria o nosso igarapé, que é de onde tiramos nosso sustento. Aceitamos um que ficava a 200 metros de onde a comunidade passa. Então, a própria empresa começou a construir o viaduto. O

²¹ Entrevista concedida por Margarida, em 08/02/2019, em Santa Rita (Maranhão).

viaduto saiu no lugar que a gente escolheu. Dos cinco mapas que eles trouxeram, escolhemos esse que era mais viável e então tiramos isso de vitória. Também teve essa questão do companheirismo da própria comunidade escolher aonde queria [sic] o viaduto. Mas a gente continua na luta, continua impactado. Só eu tive dois processos judiciais da Vale: um pela ocupação da Estrada de Ferro e um porque, depois que eles começaram a trabalhar na construção do viaduto, a comunidade Carionguinho era toda no asfalto e eles destruíram esse asfalto, e ia [sic] embora e deixar assim mesmo. Em 2015, a gente interditou por 7 dias a estrada. Ninguém passava de carro, só mesmo de pé, nem os moradores da comunidade. E a empresa estava sem poder terminar o serviço do viaduto. Se eles terminassem o serviço, ia [sic] embora e não arrumariam a estrada. Foram de novo para a Justiça, e ficou acordado que terminariam de fazer o viaduto no dia 3 ou foi 9 de outubro de 2015, e também arrumaram a estrada. O município de Santa Rita queria arrumar a estrada, mas a gente entendia que não, a empresa que tinha que arrumar a estrada, porque eles tinham destruído com o maquinário muito pesado deles²².

Depois de falar de inúmeras violações que a empresa gera nas comunidades, Margarida fala dos processos criminais que recebeu da empresa Vale. A liderança-feminina deixa evidente, em sua fala, que foi uma forma de intimidação não apenas para ela, mas para toda a comunidade. Os processos são violentos e constrangedores, principalmente para as mulheres, por parecer que a intimidação por parte da empresa chega de forma mais intensa em suas vidas:

Um homem me fotografou no dia que a comunidade se reuniu e fez um ato para a empresa Vale arrumar a estrada que ela mesma danificou passando com suas máquinas na obra do viaduto. Eu peguei o celular da mão desse homem, apaguei as fotos, aí por conta disso ele fez um boletim na delegacia, porque eu tomei o celular e ele fez um boletim aqui na cidade. Tudo isso foi relatado. Eu disse que ele tirou foto minha e eu não tinha permitido, são intrusos, pessoas de fora da comunidade. Nós, que somos donos do nosso lugar, então estávamos com todo o respaldo para tirar, porque “a gente não sabe quem são vocês, não sabemos de onde estão vindo”, e não tinha identificação [sic], estávamos no nosso direito. Poderia ser alguém da própria empresa Vale, então usei esse argumento. Nesse dia até pensei que ele ia partir para cima de mim, mas, como tinha muitos homens e mulheres, ele não fez nada, só o boletim de ocorrência, aí eu fiquei com esse segundo processo. Mas parece que, agora recente, foi arquivado esse processo²³.

Margarida fala do apoio que recebe de sua família, que também sente de perto os descasos vindos da mineradora:

Minha família está junto comigo, sempre me apoiando, e a família do meu marido também sempre apoiaram [sic], estão nas reuniões. A Rede Justiça nos Trilhos é um parceiro forte, porque a gente levou nossa problemática da comunidade. Começamos a ir para outras comunidades impactadas, conhecemos outras pessoas que passam pelos mesmos impactos ou piores. Fomos em Açailândia [Maranhão], Buriticupu [Maranhão], na comunidade centro dos Farias, na cidade de Santa Inês [Maranhão], Imperatriz [Maranhão], em Marabá [Pará] e Parauapebas [Pará]. Eu também participei de uma caravana da Plataforma DHESCA. Eu me lembro de muitas pessoas relatando. Teve uma comunidade Santo Antônio [Pará] onde eles iam perder parte da comunidade para a empresa Vale, na construção da

²² Entrevista concedida por Margarida, em 08/02/2019, em Santa Rita (Maranhão).

²³ Entrevista concedida por Margarida, em 08/02/2019, em Santa Rita (Maranhão).

duplicação da Estrada de Ferro Carajás. Muito triste a gente ver assim que o Estado, que está ali para nos garantir direito, é o primeiro que nos tira. Agora eu fico mais preocupada com esse governo que tende ficar mais difíceis [sic], essas licenças que eles dão é bem ruim [sic]²⁴.

Em outro ponto da conversa, a liderança-feminina também aborda os momentos em que compartilhou a sua experiência de articuladora e liderança em outros espaços nacionais e internacionais, deixando evidente, em sua fala, que, depois de muitos desafios, vieram algumas conquistas devido à organicidade de sua comunidade, por enfrentar de perto as violações e impactos da empresa Vale S.A.

Eu e outras pessoas fomos para Genebra na Suíça, para relatar os impactos da Vale na minha comunidade. Fomos cobrar um tratado [em] que as empresas de fato fossem responsabilizadas pelos crimes ambientais. A gente foi por meio da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. Na Genebra [sic], a gente falou que tinha risco de acontecer a mesma tragédia que aconteceu em Mariana [Minas Gerais] e Brumadinho [Minas Gerais]. Foram experiências de impactos que eu imaginei que era [sic] só aqui no Brasil. Vi que não, que tem mais outros países que estão na mesma situação ou piores que a gente. Essas experiências, na verdade, elas não nos enfraquecem, elas são para fortalecer ainda mais na luta. Eu passei 7 dias em Genebra, foram momentos bem fortes e marcantes, veio umas mil pessoas pra Suíça. Fizemos um ato nesse encontro para não privatizar algumas empresas estatais, parecido com esse governo agora do Bolsonaro, que quer privatizar outras empresas, igual a Vale foi privatizada. Então é isso, vamos perdendo cada vez mais espaços, cada vez mais direito, mas a gente não perde a esperança²⁵.

Nessa conversa, além de falar sobre a forma com que sua comunidade se organiza, a pescadora Margarida menciona que, atualmente, ocupa o cargo de Secretária de Pesca e Aquicultura na cidade de Santa Rita (Maranhão). A conquista do cargo veio devido ao esforço e apoio de seus companheiros e companheiras das comunidades da zona rural do município:

Nós, que estamos na luta, temos que ocupar nossos espaços. Eu, como pescadora, fui Secretária de Meio Ambiente, dentro dos sindicatos de pescadores. Numa segunda diretoria, eu fui Secretária Geral. Numa terceira diretoria, eu estava como vice, tive que me desvincular, porque iria pegar a Secretaria de Pesca. Surgiu a ideia na comunidade de lançar alguém como candidato a vereador. Sugeriram meu nome, porque eu estou sempre aqui envolvida, cobrando os direitos, vindo para cima do município, para melhorar a qualidade de vida, do ensino, as estradas, melhorar a qualidade da água. Então eu aceitei ser candidata. Não ganhei, mas ganhei ao mesmo tempo, porque eu tive 176 votos de confiança de amigos, de pessoas indignada [sic] com o sistema, porque sabe que hoje a política que ganha é a que tem grana, e essas pessoas que ganha não irá [sic] fazer muito pelas comunidades²⁶.

²⁴ Entrevista concedida por Margarida, em 08/02/2019, em Santa Rita (Maranhão).

²⁵ Entrevista concedida por Margarida, em 08/02/2019, em Santa Rita (Maranhão).

²⁶ Entrevista concedida por Margarida, em 08/02/2019, em Santa Rita (Maranhão).

Margarida expressa sua visão em relação à mineração em seu território, marcada pelo enfrentamento ao discurso de desenvolvimento. Na percepção da liderança, entende-se que o processo escolhido pela empresa viola os direitos das populações, gerando impactos, o que desperta, em Margarida, a vontade de buscar melhores condições de moradia, saúde, educação, mesmo que ainda seja um processo árduo.

O prefeito, sabendo que eu luto pela questão da pesca, me fez o convite para assumir a Secretaria de Aquicultura, mas eu continuo no movimento. Depois que eu estive aqui, a gente já teve algumas conquistas. Eu digo para ele: “Está assim a comunidade, e isso não pode, é errado”. Então a gente vai fazendo algumas coisas no social, mas bem pouco, para trazer melhorias para as comunidades. Eu faço mais com meu próprio recurso, tirando do que eu ganho²⁷.

Para Escobar (2010, p. 72), o conceito do lugar que Margarida aponta em seu discurso é atrelado às concepções de desconstrução de desenvolvimento. Há inquietação da liderança-feminina a respeito de qual seria esse desenvolvimento proposto pela empresa Vale, que beneficia apenas seus interesses financeiros e viola os direitos da comunidade, quando tenta implantar, nos territórios ao longo da EFC, sua forma desenvolvimentista, que provoca uma reestruturação no dia a dia da população da região de Sítio do Meio Dois.

3.5.2 Segundo relato: Machado

Depois de ter falado, em outro tópico deste capítulo, acerca do processo de criminalização conduzido pela empresa Vale S.A., a representante quilombola Machado, 52 anos, expõe, neste segundo momento, sua comunidade: “Nasci, como tem o dito popular, nasci e me criei em Santa Rosa dos Pretos”, comunidade localizada no município de Itapecuru-Mirim (Maranhão). Afirma sua identidade enquanto mulher liderança de sua comunidade, quando diz:

Quando a gente fala “nasceu e se criou em Santa Rosa”, a gente também faz um resgate de entender o antes do nascimento e do crescimento. Nós temos todo um processo histórico há mais de 518 anos, completando agora 519 anos de autoafirmação enquanto preto, enquanto o nosso processo histórico nada mais é que um massacre, e isso eu reafirmo pela oportunidade que tive em viver em Santa Rosa dos Pretos²⁸.

²⁷ Entrevista concedida por Margarida, em 08/02/2019, em Santa Rita (Maranhão).

²⁸ Entrevista concedida por Machado, em 09/02/2019, na comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizada no município de Itapecuru-Mirim (Maranhão).

A liderança Machado se apresenta como uma pessoa atenta quando se trata do bem-estar da população da comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos. Mas essa vontade de melhores condições para sua comunidade é apresentada como algo que permanece presente na mesma intensidade; resultado apresentado implicitamente como algo adquirido ao longo da sua caminhada de mulher que lidera espaços de formação política como: participação em seminários e congressos fora e dentro das universidades, com o intuito de abordar as místicas presente no quilombo Santa Rosa dos Pretos, como também os assuntos mais graves que permeiam as violações e impactos trazidos pela empresa Vale S.A.

É muito forte a questão da memória e os saberes dito populares na academia que, para nós, ele é muito mais do que dito populares. São saberes populares porque quem dá toda a sustentabilidade para que se transformem da memória num papel é o conhecimento que se tem, é da memória do seu processo histórico, podendo dizer que “quem não tem memória não tem história”, então é memória que faz todo nosso processo de reconhecimento e afirmação da nossa verdadeira história. Então, vendo esse processo, é do respeito que nós temos muito pela memória que são dos saberes passados de geração em geração. A gente teve um princípio que ele está no nosso sentimento. Eu posso dizer que eu tenho três palavras que podemos potencializar antes do conhecimento, que é [*sic*]: ouvir, ver e sentir. Infelizmente, a gente vive um processo de desumanização que perpassa por dois segmentos, é da possibilidade da palavra ouvir e ver²⁹.

Nessa fala, é explícita a tomada de outro horizonte dos saberes populares, de outras perspectivas sociais e de vida. Destaca-se a frase: “Quando eu falo livro humano, estou falando dos saberes memoriais que dá sustentabilidade [*sic*] principalmente ao nosso povo negro e nossos irmãos indígenas que eu tenho um sentimento”. E esses são princípios narrados em uma entonação de algo que foi frutífero, de conquista não apenas dela, mas de todo um povo. Isso é notório no momento que relata o intercâmbio ao país Guiné-Bissau:

Então assim, em 2010, tive oportunidade diante de sonhos, porque também a gente vive de sonho. O sonho que eu falo é sonho realidade, o sonho só é sonho quando ele se realiza. Eu tinha sempre um sonho diante de uma expectativa que eu, com o tempo, me desprendi disso, podendo ser até por falta de oportunidade. Também no pensamento dos saberes memoriais, eu sempre pensava que um dia fosse passar processo de aprendizagem, aprendizagem essa de códigos esse que nos leva [*sic*] a desenhar letras e formar aí esse mundo do papel. E eu tinha uma ansiedade, e isso eu trato como ansiedade em querer saber a verdadeira história nas oportunidade [*sic*] da academia. Nós, da Santa Rosa, fomos um grupo de seis pessoas à África, eram 26 pessoas, mas de Santa Rosa eram seis. E fomos verdadeiramente a nossas terras em um espaço unificado, porque o espaço universal, ele é de todo nós. Somos donos, todos nós somos donos que nessa terra habita.

Eu tive a oportunidade de ir no país Guiné-Bissau, e lá nos Pires, a outra comunidade no território quilombola Santa Rosa dos Pretos, de ir de onde viemos.

²⁹ Entrevista concedida por Machado, em 09/02/2019, na comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizada no município de Itapecuru-Mirim (Maranhão).

Trago a dor porque temos isso forte na ancestralidade, e a gente não vê, mas sente, é o segredo da vida³⁰.

A grandeza do entendimento do mundo, que vai além disso, pauta-se na mudança de seus pontos de vista para abranger todo o coletivo e, assim, dialogar em busca de transformações diante da realidade que a comunidade vive. Na última ida a campo, a liderança Machado fala sobre o andamento da titulação do território de Santa Rosa dos Pretos. Para Luiz Jardim Wanderley (2012, p. 62), as “associações territoriais são pré-requisitos para demarcação e legalização coletiva da terra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)”. Sobre esse assunto, Machado lembrou algumas questões pertinentes:

Essas questões vêm desde da [sic] década de 80 com essa história da perda. O nosso primeiro inimigo, invasor, para tornar a gente fora do domínio, foram os falsos cartórios que foram criados e aí fizeram toda a molecagem que eles tinham que fazer em relações às escrituras. A partir daí, veio os grileiros [sic] nos reconhecimentos dos fazendeiros, empresas, aí começaram todo esse processo. O primeiro a destruir foram os cartórios e segundo os fazendeiros. As pessoas tinham muito na mente os fazendeiros e as empresas, que adentravam com outra cara do “engano de boazinha” que ia trazer empregos e tantas outras coisas, e as pessoas, por viverem na situação de miséria empregatícia, renderam muitas pessoas, acreditaram. Querendo ou não, funciona um processo do ser humano até hoje que nem tudo ele faz pela razão. A gente olha essas mazelas que estão aí, de gestão de governos, nada mais é acreditar, e a gente ainda confia neles, nessa bandidagem, porque a gente quer um mundo melhor, então confiam, eles mentem³¹.

Entende-se que os interesses nos territoriais tradicionais chegam, também, por meios das corporações nacionais e transnacionais, que correspondem à origem recente das lutas dessas populações. Desse modo, estão na origem de suas mobilizações sociais. Portanto, o povo quilombola segue, assim, no processo de conflitos imposto pela mineradora, processos de apropriações territoriais para a região. A partir do que defende Wanderley:

Com ameaça sobre os territórios de uso comum, promovida por grandes interesses econômicos das mineradoras, das empresas de energia e das políticas de preservação da natureza, dá-se a emergência das primeiras ações de mobilização e a formulação de questionamentos, num processo de tomada de consciência mediado pela Igreja Católica. A organização social em Comunidades Eclesiásticas de Base, sustentada na utopia da Teologia da Libertação (teoria amplamente difundida na Igreja Católica latino-americana na década de 1960) facilitou o processo inicial de mobilização e organização social dos atingidos pelos excludentes projetos de desenvolvimento em Oriximiná. Como estratégia central,

³⁰ Entrevista concedida por Machado, em 09/02/2019, na comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizada no município de Itapecuru-Mirim (Maranhão).

³¹ Entrevista concedida por Machado, em 09/02/2019, na comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizada no município de Itapecuru-Mirim (Maranhão).

incitou-se a fundação ou a conquista política das instituições sindicais, além da organização em associações representativas capazes de lutar pelo direito de permanência na terra (WANDERLEY, 2012, p. 63).

Nesses territórios, com a presença da mineradora, aparece uma gravidade da capacidade financeira organizada pela empresa. Origina-se uma circunstância de centralidade que acaba por impulsionar as políticas públicas. Ainda no relato da liderança Machado, ela destaca:

Mas o processo que eu já acompanhava na época, foi em 1999, a gente conseguiu abrir o processo de regularização de Santa Rosa pelo ITERMA [Instituto de Colonização de Terras do Maranhão], um órgão do governo federal. Mas era uma demanda muito grande, e a gente via que Estado não tinha estrutura financeira para processo de regularização de Santa Rosa dos Pretos, porque era muita coisa. A gente passa o processo para o INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], então em 2005 foi feita a certificação de alta definição do território enquanto território quilombola. Eles lá na própria Fundação Cultural Palmares, eles tratam de comunidades quilombolas. Também foram feitas e logo saiu a certificação e se iniciou o processo do relatório antropológico, que ficou pronto de 2005 a 2008³².

Nesse sentido, Coelho, Monteiro e Cota (2007, p. 35-37) fazem algumas considerações sobre a criação de territórios de assentados rurais, quilombolas e indígenas na Amazônia Oriental. Para eles, é importante que não seja levada como uma simples estratégia da empresa mineradora ou do poder público, com finalidade de controlar o acesso aos recursos naturais e a dinâmica populacional. Logo, os processos sociais que entrelaçam diferentes atores e interesses presentes no espaço geográfico da região mineral devem ser considerados.

Para finalizar a conversa, a liderança-feminina diz que a empresa Vale é a principal responsável por o processo da titulação da terra não caminhar e a comunidade não ter nenhum retorno. Esse é o principal disparador, devido às inerentes contradições que empresa Vale S.A. traz consigo, enquanto materializa os interesses do capital em um território. E é, ao mesmo tempo, protagonista de conflitos e impactos, como também responsável por desordenar as comunidades que tentam se mobilizar dentro dos territórios, para ir contra esses conflitos e impactos.

Tanto Margarida quanto Machado relatam que, aos poucos, enxergam que é cada vez mais pertinente se organizarem em coletivos, movimentos sociais, ONGs, para construir estratégias, de modo a não apenas dialogarem e aceitarem promessas de melhores condições de vida para as comunidades que ficam em torno da EFC (Pará e

³² Entrevista concedida por Machado, em 09/02/2019, na comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizada no município de Itapecuru-Mirim (Maranhão).

Maranhão), nem somente convencerem a empresa Vale, mas também é necessário exigir soluções efetivas para amenizar os impactos provocados pela mineradora.

3.5.3 “I Encontro de Mulheres que Moram em Região de Mineração” em Canaã dos Carajás

As mulheres que cederam seus relatos para a pesquisa vivem em áreas de características rurais. Isso se dá mesmo com as que trabalham fora de casa, como é o caso de Margarida, que é Secretária de Aquicultura no município de Santa Rita (Maranhão) e, também, pescadora, juntamente com seu esposo. O modo de vida delas e de suas comunidades é modificado de forma negativa pela presença da mineradora Vale S.A. em seus territórios.

Segundo Milanez (2012, p. 39), o crescimento previsto no setor da mineração vai se realiza tanto na exploração de novas áreas, quanto na ativa extração de minério em áreas já exploradas (em Minas Gerais e Carajás, no Pará), intensificando os desgastes e desordens gerados pela mineração nesses territórios. A Amazônia surge como área de relevância para a expansão da mineração. É simbólica a fala de Liz para essa problemática:

Eu sou casada e meu marido trabalhava nas fazendas pros outros. Era vaqueiro, roçava “juquirá”. O que tocava pra ele, ele fazia. Morávamos no Racha a Placa, uma vila, quando a Vale já tinha comprado as fazendas tudo em volta e precisava da vila também. Nós nem queria sair [sic], mas a empresa foi insistindo até que tivemos que sair. Na Vila, eu trabalhava com vendas de cama mesa e banho: colcha de cama, toalha, esses joguinhos de armário, essas coisas assim, e também roupa. Nós morava [sic] de casa própria³³.

O protagonismo feminino, nas conversas com Margarida, Machado, Maria e Liz, são sementes de esperança, aprendizados para suas comunidades que fortalecem e alimentam a caminhada. Por exemplo, no “I Encontro de Mulheres que Moram em Região de Mineração”, entre mulheres das comunidades do município de Canaã dos Carajás (Pará), no qual apareceram algumas mulheres que carregam essas características de lutadoras, guerreiras, que cuidam e dão sustentação às famílias e comunidades. Tornam-se questionáveis a neutralidade, a objetividade, a racionalidade e o conhecimento, enquanto opiniões que evidenciam, na realidade, as camadas da hegemonia que, assim, simulam e avigoram esse sujeito popular e neutro (HIRATA, 2014, p. 61-62).

³³ Entrevista concedida por Liz, em 23 e 24/11/2020, em Canaã dos Carajás (Pará).

Com essa invisibilidade na memória coletiva, da presença feminina nos conflitos da mineração informal no Brasil, é possível reconhecer, em visitas aos territórios de mineração e em documentos, fotografias, as ações das mulheres para denunciar os impactos da mineração em suas comunidades. Por exemplo, na manifestação, em 2016, das mulheres do MST, que ocuparam os trilhos da Vale no Maranhão, a ação denunciava os impactos da empresa nas comunidades que ficam próximas a Estrada de Ferro Carajás, que vai desde a ameaça de territórios conquistados até o aumento da violência, dos conflitos trabalhistas e fundiários, do número de acidentes e restrição do direito de ir e vir:

As mulheres Sem Terra da Região Amazônica se somam à jornada de luta nacional, denunciando a forma de atuação destrutiva da empresa Vale ao longo dos 25 municípios atravessados pelo corredor Carajás, também conhecido como Corredor da Morte”, afirmam Sem Terra em manifesto. Além das denúncias, a atividade também reivindica ações específicas para amenizar o impacto da Vale no assentamento Diamante Negro Jutai e outras comunidades do entorno, também afetadas pelas ações da mineradora. Os impactos provocados pela Vale no Maranhão e Pará, por onde percorre os trilhos da Estrada de Ferro Carajás, são enormes e são dos mais variados possíveis. Entre os mais comuns estão atropelamentos de pessoas devido à falta de segurança na estrada de ferro. A mineradora ainda vem causando grandes impactos ambientais e sociais com a duplicação da ferrovia (COSTA, 2016, s. p.).

Os casos de resistências-femininas na Região Amazônica são similares. Quando se trata dos grandes empreendimentos, as histórias narradas não se distanciam. Nesse primeiro encontro de mulheres atingidas por mineração, que ocorreu em Canaã dos Carajás, as mulheres que estavam presentes relatavam as violações da empresa Vale em suas comunidades. Na fala de Liz, que atualmente mora na comunidade América Santana, percebe-se o processo de desocupação da comunidade Racha Placa (com 35 anos), onde morava com sua família antes de a mineradora alegar que as terras dessa comunidade eram suas:

Veio uma empresa mandada pela Vale dá pressão na gente. Dizia que tínhamos que sair, que não podíamos ficar no Racha Placa. Falavam umas coisas pra gente, aí quando tinha reunião e nós levava [sic] um advogado, dizia que não era daquele jeito, que nós tínhamos entendido errado. Tem 5 anos que saímos do Racha Placa, mas só 30 famílias foram morar no novo assentamento cedido pela Vale, o América Santana. As outras famílias pegaram o dinheiro e compraram terreno, casa em outros lugares em Canaã³⁴.

O processo violento pelo qual as famílias da comunidade Racha Placa passaram para desocupar a área em que ficava o assentamento permanece registrado na memória das famílias, pela forma agressiva com que a Vale conduziu o despejo. Na fala de Liz, é evidente esse momento:

³⁴ Entrevista concedida por Liz, em 23 e 24/11/2020, em Canaã dos Carajás (Pará).

A gente morava na Vila Racha Placa, quando a Vale já tinha comprado as fazendas tudo em volta e precisava daquela vila. Nós nem queríamos mudar para outro lugar, mas eles foram insistindo, insistindo. Fizeram uns acordos, mas a gente já tinha toda uma vida no Racha Placa. Antes na vila, eu trabalhava com vendas de roupas de cama mesa e banho, meu marido trabalhava na roça. Quem nos ajudava a dialogar com a Vale era a CPT [Comissão Pastoral da Terra], o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã e o Cepasp [Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular]. Todo esse povo estava junto com a gente, e essas histórias não podemos perdê-las. E assim a gente vai conversando e vai lembrando das coisas³⁵.

A população de Mozartinópolis, distrito agrícola de Canaã dos Carajás, conhecido como Racha Placa, passam pelas violações da Vale desde 2008, com a intervenção da empresa para remoção dos moradores. Conforme Zonta (2013), é precisamente no seu perímetro urbano e rural que funcionará, às margens da Serra Sul, a operacionalidade da mina empregando o sistema *truckless*. Essa tecnologia de exploração proporcionada pela Vale necessita de caminhões, portando o minério extraído carregado por uma ampla malha de correias para fora da mina até a usina de beneficiamento.

Segundo a empresa Vale, essa opção foi escolhida para minimizar o estrago ambiental na Floresta Nacional de Carajás, apesar de significar o fim da Vila Racha Placa (ZONTA, 2013).

A Vale foi pressionada pelas organizações para indenizar a comunidade de Racha Placa. Cada família recebeu um valor calculado na indenização. Se fosse deixar por conta da Vale, não iria ser dessa forma. Nós não sabia [sic] que tinha tempo por moradia, os comerciantes, donos de oficinas, sacoleiras. Nós não sabíamos que tinha direito [sic]. A Vale dizia que ia tirar nós [sic] dessa comunidade e construir nossas casas na rua ou seria uma terra em outro lugar³⁶.

A Vale iniciou com a desorganização do distrito agrícola de Racha Placa primeiramente pela compra das terras dos proprietários que também tinham casa na área urbana. Essa era a condição do negócio sugerido pela mineradora. Em seguida, ocorreram as demolições das casas (ZONTA, 2013). Depois que a mineradora conseguiu garantir as terras do Racha Placa, algumas organizações se juntaram aos moradores para, assim, garantir os direitos dessa comunidade, quando fossem se instalar no novo assentamento América Santana. Uma das propostas da Vale, para esse assentamento, seria organizar um grupo de geração de renda com as mulheres, mas como as mulheres não passaram pelo processo de formação política para trabalhar nessa linha de projeto, houve algumas complicações, principalmente conflitos com os maridos:

³⁵ Entrevista concedida por Liz, em 23 e 24/11/2020, em Canaã dos Carajás (Pará).

³⁶ Entrevista concedida por Liz, em 23 e 24/11/2020, em Canaã dos Carajás (Pará).

Depois que mudamos do assentamento Racha Placa, a Vale ofereceu alguns cursos para as mulheres, como, por exemplo, de corte e costura de crochê. Mas o grupo de crochê acabou. Começamos com 23 mulheres, mas muitas mulheres desistiram, algumas porque o marido não podia levar, outras os maridos não queriam que elas trabalhassem, e outros não podiam levar porque trabalhavam fora. Outros maridos acharam que a renda era pouco e tinha que trabalhar em outros lugares que ganhasse um salário fixo³⁷.

O relato da liderança Liz, que mora em Canaã dos Carajás (Pará), entrelaça-se com o relato de Margarida, da cidade de Santa Rita (Maranhão), quando as duas abordam o descaso da empresa com a vida das mulheres, a desordem que a própria Vale gera no convívio familiar dessas mulheres:

Agora a Vale começou a se reunir com jovens e adolescentes para saber o que eles querem fazer, para implantar algumas atividades para eles no assentamento, também de geração de renda. A Vale está tentando descobrir o que eles pretendem fazer, trouxeram uma ideia sem perguntar para gente, já trazia a ideia pronta, ideia deles. Mas isso não estava dando certo, e não deu certo várias vezes, igual no tempo desses cursos de sabonetes. Se fosse pra nós escolher [*sic*], a gente não ia querer, queríamos curso para fazer bolo e outras comidas para vender. Também curso de pintura, mas sabonete não vende muito. Ainda mais porque os materiais são muito caros, aí, por enquanto, fica parado a produção [*sic*] porque estamos sem materiais. A professora que a empresa contratou, ela mesma que colocava os preços nos produtos para vender. Disse que só dava pra ter lucro vendendo daquele valor, mas a gente tenta vender, só que não tem muita saída. Mas estamos na luta exigindo da empresa o que de fato é nosso³⁸.

É possível notar o descaso que a empresa Vale demonstra para com as comunidades, e se torna cada vez mais evidente a particularidade da mineradora em não resolver os impactos que provoca na vida das mulheres pertencentes a comunidades que estão próximas a EFC. Em seus relatos, as mulheres expressam sua visão em relação à mineração em seus territórios e enfrentam o tão usado discurso de desenvolvimento construído pela mineradora.

Na percepção das quatro lideranças-femininas que cederam seus relatos para a pesquisa, a mineração chega em seus territórios violando os direitos das comunidades, gerando impactos, o que desperta nelas a vontade de reivindicar a permanência no território, mesmo que essa caminhada ainda seja um processo árduo. É como se as mulheres fossem algo exposto para o sistema, que não se encaixam apenas como fruto de seu trabalho remunerado e não remunerado, mas também da oportuna linhagem da sua habilidade de trabalho, ou seja, dos seus corpos (FEDERICI, 2017, p. 15).

³⁷ Entrevista concedida por Liz, em 23 e 24/11/2020, em Canaã dos Carajás (Pará).

³⁸ Entrevista concedida por Liz, em 23 e 24/11/2020, em Canaã dos Carajás (Pará).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando os resultados obtidos com este trabalho, destaca-se que a atuação auto-organizada das lideranças-femininas da região de Carajás, nos estados do Pará e Maranhão, cooperou para que elas construíssem um olhar mais sistemático das circunstâncias a que estão sujeitas em suas vidas e comunidades. Desse modo, foram construindo uma perspectiva crítica em relação ao padrão de desenvolvimento e, de maneira singular, à atuação da mineradora Vale S.A. E, em decorrência dessa visão organizativa e crítica, foi possível identificar seus impactos e o fortalecimento para fazer denúncia e resistência à mineração.

Ao se voltar à hipótese da pesquisa, em relação a quais processos de articulação constituem seus movimentos de resistências ao capital mineral, que se interliga ao protagonismo das mulheres frente às enormes alterações oriundas da Estrada de Ferro Carajás, foi imprescindível olhar para a grande mineração em seu panorama extenso, assim como para o empreendimento da empresa Vale S.A., mais especificamente. A escolha pelo contexto da mineração, além disso, baseou-se no fato de que ela expressa, de maneira bastante nítida, a estratégia de desenvolvimento dependente do Brasil, dentro do contexto global.

A resistência que travam as mulheres das comunidades do Corredor de Carajás, aliada à pautas e debates de transformação social, podem, ainda, trazer outras conquistas e trincheiras para a luta como um todo, a citar: divisão e responsabilização coletiva na comunidade, igualdade social (em suas dimensões de raça, gênero e classe), questões de reconhecimentos das relações afetivas e de identidade com o território e estilos de vida, combate à violência de gênero, defesa dos direitos humanos, fortalecimento de diferentes práticas e formas de relações sociais.

Como visto ao longo do trabalho, as mulheres desempenham um papel central na resistência ao capital nos territórios, em defesa das terras onde vivem e produzem. Elas colocam questões para os movimentos sociais, para o feminismo, articulando suas reivindicações em torno de uma perspectiva que reúne corpo e território. O corpo é entendido como um território em disputa, assim como a terra, a natureza e os bens comuns. As mulheres também inserem, na agenda, a questão dos cuidados e das formas como a apropriação do capital sobre os territórios afeta as relações e processos que garantem a produção.

Nesse sentido, de acordo com os objetivos da pesquisa em demonstrar o processo de exploração mineral na América Latina, especificamente na Amazônia

brasileira, compreender o exercício e os aprendizados das lideranças-femininas e suas singularidades – no contexto dos efeitos sociais do extrativismo mineral em suas vidas e da auto-organização das mulheres como transformadora dentro de seus territórios – segue sendo um grande desafio. Ressalta-se a importância dessa ferramenta organizativa no questionamento da ordem estabelecida, em uma sociedade capitalista, machista e racista, mas que as mulheres seguem se articulando, para serem reconhecidas como sujeitos políticos.

Com base nisso, os quatro relatos sobre os protagonismos dessas mulheres deixam perceptível, cada vez, mais a importância da resistência feminina, não como exclusão e vitimização de quem se coloca para contar a própria história, mas como alternativa de se compreender uma experiência enfrentada que marcou seus territórios e vidas. As quatro lideranças que se dispuseram a falar sobre suas vivências contaram experiências particulares trançadas a outros destinos em que reforçam as vozes a serem ouvidas.

Nos relatos, em alguns momentos, reúnem-se elementos dispersos (os quais, por cuidado e segurança das entrevistadas, não entraram no texto deste trabalho). Elas apresentam, ao mesmo tempo, sua figura pessoal e coletiva, por meio das quais homens e mulheres reconstituem sua própria unidade e identidade, no momento em que a narrativa se revela complexa e subjetiva, impulsiva e justificada. Não se pode resumir somente em “fato verídico”, crítica remota pelo processo, solução e diagnóstico dos símbolos, mas da “verdade do depoimento”, dinâmica inacabada, com algo sempre presente que remete a outras imagens.

As histórias contadas por elas evidenciam que os impulsos políticos não relataram, necessariamente, seus modos de organização particular, mas de todo um coletivo. Essas histórias sobre suas experiências na região de Carajás, especificamente nas comunidades do Sítio do Meio Dois, Santa Rosa dos Pretos, João do Vale e América Santana/Racha Placa, propiciam entender outra existência com uma ética da solidariedade e companheirismo, que também é efeito do afeto com suas famílias e amigos, o que contribuiu em suas caminhadas.

Sobre vivências singulares e em coletivo de cada uma das entrevistadas, os relatos de vida ganham significados. Pela lembrança de um passado que perpassa os dias atuais, essas memórias colaboram, em vários sentidos, jogando-nos para dentro da vida de cada uma delas. Foi possível perceber, a partir da história dessas lideranças, que as mulheres nem sempre são apenas “vítimas” desses empreendimentos. A pesquisa permitiu verificar que a mineração, na vida das mulheres, chega de forma agressiva nas

identidades tradicionais, nas quais o patriarcal impõe e atinge não só as mulheres, mas toda a estrutura em sua volta.

Afinal, nessa atual conjuntura, cabe ressaltar, mais que nunca, que a resistência das mulheres, no processo e dilemas da mineração, chega como tarefa histórica de estar junto aos movimentos populares do campo e da cidade, entendendo que a mineradora Vale S.A é instrumento do avanço do capital, dentro e fora dos territórios. Portanto, esse contexto, entre elementos de gênero e os impactos da mineração, faz com que as mulheres sejam desvendadas e se tornem vivas sob variadas esferas.

Essa soma de agravantes foi relacionada ao fomento e fortalecimento do ambiente de liderança e de força social que as mulheres têm representado. Penso que este trabalho pode ser um instigador de estudos relacionados à auto-organização das mulheres, continuando o desafio do aprofundamento dos estudos da relação dessa auto-organização com a resistência à mineração, aqui no Brasil, mas também ampliando essas reflexões em perspectiva comparativa com experiências semelhantes em outros países da América Latina.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ÁLVAREZ, A. M. La prostitución de mujeres, una escuela de desigualdad humana. **Revista Europea de Derechos Fundamentales**, Madrid, n. 19, 1. sem. p. 49-74, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4055494>. Acesso em: 22 out. 2019.

ARAUJO, E. R.; OLIVIEIRI, R. D.; FERNANDES, F. R. C. Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. R. (ed.). **Recursos minerais e comunidade**: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014. p. 1-12. *E-book*. Disponível em: <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/Texto.aspx?p=7&s=1>. Acesso em: 10 out. 2018.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Carta de Ouro Preto**: Documento Político do V Encontro Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale. Ouro Preto, 13-15 ago. 2015a. Disponível em: https://atingidospelavale.files.wordpress.com/2015/04/relatorio_pdf.pdf. Acesso em: 10 maio 2018.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Relatório de Insustentabilidade 2015**. [s. l.], 2015b. Disponível em: https://atingidospelavale.files.wordpress.com/2015/04/relatorio_pdf.pdf. Acesso em: 10 maio 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Relatório aponta muitos acidentes no setor da mineração**. Belo Horizonte, 26 nov. 2015. Disponível em: almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2015/11/26_comissao_trabalho_audiencia_pes_quisa_mineracao.html. Acesso em: 18 abr. 2019.

BASTER, R. O Silenciamento das mulheres camponesas em situações de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; SANTOS, P. C. M. (coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT Nacional, 2019. *E-book*. p. 83-88. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BOURDIEU, P. Understanding. **Theory, Culture & Society**, London, v. 13, n. 2, p. 17-37, 1996.

BRITO, M. F. S. **Mulheres e Mineração no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, [2016]. *E-book*. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/wp-content/uploads/2019/01/mulheres-e-mineracao-final-2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CASTRO, R. M. R.; CAMPOS, I. Formação Socioeconômica do Estado do Pará. CASTRO, R. M. R.; CAMPOS, I. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA/UFGPA, 2015. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v. 2). p. 401-482.

E-book. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/164>. Acesso em: 25 maio 2019.

CARNEIRO, M. S. A exploração mineral de Carajás: um balanço trinta anos depois. **Não Vale**, Açailândia/São Luís, 1. ed. p. 16-29, Rede Justiça nos Trilhos, [2010]. Revista eletrônica. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/wp-content/uploads/2014/05/Revista-N%C3%A3o-Vale.compressed.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

CFEMEA. Criminalização dos Movimentos Sociais: obstáculo para efetivação de direitos. **Fêmea**, Brasília, ano 10, n. 160, abr./maio/jun. 2009. Jornal on-line. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/images/stories/colecaofemea/jornalfemea160.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

CHAUÍ, M. **Sobre o medo**: os sentidos das paixões. São Paulo: Funarte/Companhia das Letras, 2002.

COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M.; COTA, R. G. Introdução: Mineração Industrial em Questão. In: COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A. (org.). **Mineração e Reestruturação Espacial na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 25-37.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2014. *E-book*. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2014-Projeto-Grande-Caraj%C3%A1s.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá: iGuana, 2015. *E-book*. (Coleção A Questão Mineral no Brasil, v. 1). Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2015-Projeto-Grandes-Caraj%C3%A1s.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

COMELLI, M. Mujeres y acciones colectivas “por la vida” frente a la expansión de la minería a gran escala en la región cordillerana de Argentina. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP, 6., dez. 2010, La Plata. **Actas de [...]**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Departamento de Sociología, 2010. Tema: Debates y perspectivas sobre Argentina y América Latina en el marco del Bicentenario: Reflexiones desde las Ciencias Sociales. p. 1-21. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-027/502.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

COSTA, R. Mulheres do MST ocupam os trilhos da Vale no Maranhão. 07 mar. 2016. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [s. l.]. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/03/07/mulheres-do-mst-ocupam-os-trilhos-da-vale-no-maranhao/>. Acesso em: 14 maio 2020.

DOMENICI, T. Processados pela Vale. **Agência Pública**, São Paulo, 23 nov. 2017. Disponível em: <http://apublica.org/2017/11/processados-pela-vale/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia**: Lugar, movimientos, vida, redes. Traducción E. Restrepo. Popayán: Enviñon, 2010.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. **Mineração e Violações de Direitos**: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. [Relatório da Missão de Investigação e Incidência]. 1. ed. Açailândia: DHESCA, 2013. *E-book*. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/plataforma-dhesca_carajas.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/214>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. (Coleção O Mundo, Hoje, v. 10).

FURTADO, F. **Mulheres e conflitos ambientais**: da invisibilidade à resistência. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, 2017. *E-book*. Disponível em: <http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/mulheres-e-conflitos-ambientais-da-invisibilidade-a-resistencia/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução S. Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GARCÍA ACOSTA, V. El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos. **Desacatos**, Ciudad de México, n. 19, p. 11-24, sep./dic. 2005. Disponível em: <http://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/1042>. Acesso em: 14 ago. 2019.

GOHN, M. G. Movimentos sociais e ONGs no Brasil na era da globalização. In: GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2010. cap. 9, p. 295-325.

GONÇALVES, R. J. A. F. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 38-55, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/133593>. Acesso em: 14 jul. 2019.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação Social – um Problema Político em Psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107818>. Acesso em: 22 set. 2019.

GUDYNAS, E. Extractivismos em America der Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (org.). **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016. p. 23-43.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução A. Sobral e M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. Tradução M. Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBGE. **Canaã dos Carajás**: Panorama [Cidades]. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/canaa-dos-carajas/panorama>. Acesso em: 25 abr. 2020.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Assentamento João do Vale – MA**. [s. l.], 02 abr. 2014a [Comunidades impactadas]. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/2014/04/02/assentamento-joao-do-vale-ma/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Meninos do Trem**: mais uma vez a Vale decepciona. [s. l.], 17 ago. 2015a. <http://justicanostrilhos.org/2015/08/17/meninos-do-trem-mais-uma-vez-a-vale-decepciona/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **O povo reage aos impactos da duplicação do complexo logístico Norte – Vale**. [s. l.], 08 jun. 2015b [Galeria de fotos]. <http://justicanostrilhos.org/2015/06/08/o-povo-reage-aos-impactos-da-duplicacao-do-complexo-logistico-norte-vale/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Quilombo Santa Rosa dos Pretos – MA**. [s. l.], 22 out. 2014b [Comunidades impactadas]. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/2014/10/22/quilombo-santa-rosa-dos-pretos-ma/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Sítio do Meio – MA**. [s. l.], 29 abr. 2015c [Comunidades impactadas]. Disponível em: <https://justicanostrilhos.org/2015/04/29/sitio-do-meio-ma/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

LAGOS, G.; PETERS, D. El Sector Minero en Sudamérica. **Plataforma Democrática**, São Paulo, n. 10, jul. 2010. [Working Paper, Coleção Mudanças Geopolíticas Globais e o Futuro da Democracia na América Latina/Dinámicas Geopolíticas y la Democracia en América Latina]. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/El%20sector%20minero%20en%20Sudam%C3%A9rica.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MADEIRA FILHO, W.; SILVA, E. C. B.; COSTA, R. B. M. L.; PINAUD, D. Z. Trilhos e trilhas: estratégias de resistência dos coletivos rurais em Açailândia (MA) no entorno da duplicação da estrada de ferro Carajás-São Luiz. **InterSciencePlace**, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 24, p. 187-206, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/235>. Acesso em: 14 set. 2019.

MALERBA, J. Para quê um novo código mineral? [Apresentação]. In: MALERBA, J. (org.). **Novo marco legal da mineração no Brasil**: Para quê? Para quem? Rio de Janeiro: Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, 2012. *E-book*. p. 9-16. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/novo-marco-legal-da-mineracao-no-brasil-para-que-para-quem/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

- MALHEIRO, B. C. P. **O que Vale em Carajás?** Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_I0A3F7dISvhJ0I3kua94du_gaxlGew/view. Acesso em: 10 abr. 2020.
- MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.
- MENEGHEL, S. N.; FARINA, O.; RAMÃO, S. R. Histórias de resistência de mulheres negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 567-583, set./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300006>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. rev. Tradução P. C. Castanheira e S. Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).
- MILANEZ, B. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: MALERBA, J. (org.). **Novo marco legal da mineração no Brasil**: Para quê? Para quem? Rio de Janeiro: Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, 2012. *E-book*. p. 19-88. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/novo-marco-legal-da-mineracao-no-brasil-para-que-para-quem/>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- MILANEZ, B.; SCOTTO, G.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; BOSSI, D.; KATO, K. Injustiça Ambiental, Mineração e Siderurgia. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013. p. 175-205.
- MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. Águas de Lindóia, 2013. p. 1-30. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st39/8676-neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MONTEIRO, B. E. **Contribuições da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais do Norte de Minas Gerais na resistência à mineração**. 2016. 70 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/tes-6990>. Acesso em: 16 jan. 2020.
- MORENO, R. F. C. **Além do que se vê**: uma leitura das contribuições do feminismo para a economia. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.
- POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse and social psychology**. London: SAGE, 1987.

PUBLIC EYE. **50 years Public Eye**. Zurich, [2016?]. Disponível em: <https://www.publiceye.ch/en/about-us/50-years-public-eye>. Acesso em: 10 maio 2020.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, R. S. P. Plano de Mineração Nacional e os impactos sociais no Brasil [Entrevista concedida por email]. **IHU On-Line**, São Leopoldo, 05 mar. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/517837-plano-de-mineracao-nacional-e-os-impactos-sociais-no-brasil-entrevista-com-rodrigo-salles-pereira-dos-santos>. Acesso em: 23 mar. 2019.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA, S. C. Legado de violações: impactos da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão. **Não Vale** [Duplicação do lucro privado e dos impactos coletivos], Açailândia/São Luís, 2. ed. p. 08-21, Rede Justiça nos Trilhos, [2014]. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/wp-content/uploads/2014/12/Revista-N%C3%A3o-Vale-II-edi%C3%A7%C3%A3o.-PDF.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, S. J. Os impactos da mineração na vida das mulheres. **Brasil de Fato**, Bom Jesus da Lapa, 01 nov. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefatoba.com.br/2017/11/01/artigo-or-os-impactos-da-mineracao-na-vida-das-mulheres>. Acesso em: 03 fev. 2019.

SMITH, N. J. H.; ALVIM, P. T.; SERRÃO, E. A. S.; FALESI, I. C. Amazonia. In: KASPERSON, J. X.; KASPERSON, R. E.; TURNER, B. L (ed.). **Regions at Risk: Comparisons of Threatened Environments**. New York: United Nations University Press, 1995.

SOUZA, F. D. S. Diante dos projetos de desenvolvimento, comunidades organizadas barram mineradoras. **Não Vale**, Açailândia/São Luís, 4. ed. p. 58-59, Rede Justiça nos Trilhos, 2019.

SOUZA, F. É. S.; RODRIGUES, J. C. A resistência de bromélias e vitórias-régias: narrativas femininas frente à mineração. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 5, n. 16, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/10926>. Acesso em: 26 jan. 2020.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, año 13, n. 32 [Movimientos socioambientales en América Latina], p. 15-38, nov. 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2017**. 2018.

http://www.vale.com/Style%20Library/RelatorioSustentabilidade17/PT/VALE_RelatorioSustentabilidade_2017.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

VINCENT, H. D.; VASCONI, M. C. M. Conflitos socioambientais nos processos de neoextrativismo na América Latina [Resenha da obra “Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais”, 2016]. **Interfaces**: Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/311>. Acesso em: 10 nov. 2018.

WANDERLEY, L. J. Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 17 [Desigualdades ambientais: conflitos, discursos, movimentos], p. 56-84, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1117>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ZHOURI, A. Introdução: Produção de conhecimento em um “campo minado”. In: ZHOURI, A. (org.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: iGuana/ABA, 2018. p. 8-26. *E-book*. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/95_00186784.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

ZONTA, M. Canaã dos Carajás sobreviverá? **Justiça nos Trilhos**, [s. l.], 27 out. 2013. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/2013/10/27/canaa-dos-carajas-sobrevivera/>. Acesso em: 01 abr. 2018.

ZONTA, M. Efeitos nefastos da mineração. **Brasil de Fato**, São Paulo, 12 maio 2011. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/6232/>. Acesso em: 01 abr. 2018.

ZONTA, M. Sete estados mineradores concentram 31,2% dos casos de violência contra a mulher. **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 jul. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/08/sete-principais-estados-mineradores-tem-312-dos-casos-de-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 04 fev. 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE A – REGISTROS DO “I ENCONTRO DE MULHERES QUE MORAM EM REGIÃO DE MINERAÇÃO”



Fonte: Autoria própria (2019).



Fonte: Autoria própria (2019).



Fonte: Autoria própria (2019).

ANEXO

ANEXO A – MULHERES OCUPAM OS TRILHOS DA VALE NO MARANHÃO

Fonte: COSTA (2016).